

BALDAN IMPLEMENTOS AGRICOLAS S.A

NIRE 35300028252 - CNPJ/MF n.º 52.311.347/0001-59

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2024.

Data, hora e local: Aos 26/04/2024, às 9:00hs, na sede da **Baldan Implementos Agrícolas S.A.**, situada na Avenida Baldan, n.º 1500, Nova Matão, CEP 15.993-000, na cidade de Matão/SP. **Convocação:** Edital publicado no Jornal "O Dia" impresso e eletrônico, nos dias 18-19-20/04/2024 de acordo com o disposto no artigo 124, da Lei nº 6.404/76. **Presença Legal:** Dispensado pelos acionistas. **Livro de Presença:** Assinaram os acionistas representando 100% do capital social votante da Companhia. **Mesa:** Presidente Walter Baldan Filho. Secretário: Cleber Baldan. **Ordem do dia:** **Em Sede de Ordinária:** a.) Exame, discussão e votação do balanço, Demonstrações Financeiras, Relatório da Administração, Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31/12/2023; b.) deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício de 2023 e a distribuição de dividendos; c.) eleição dos membros do Conselho de Administração. **Em Sede de Extraordinária:** a.) Modificação do artigo 9º do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho de Administração conforme nova redação: "Artigo 9º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto de 7 membros, acionistas ou não, residentes no País, e por uma Diretoria Executiva composta de no mínimo 2 e no máximo 7 membros, acionistas ou não, igualmente residentes no País, sendo comum aos membros de ambos os órgãos as normas legais relativas a requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades. Súmula – Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração, em observância ao presente Estatuto e aos Acordos de Acionistas que forem arquivados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76." b.) Modificação do artigo 36º caput do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho Consultivo, conforme nova redação do Artigo 36º, mantendo-se os parágrafos: "Artigo 36º A Companhia, por solicitação de qualquer membro do Conselho de Administração, poderá instalar um Conselho Consultivo, de funcionamento não permanente, composto de membros residentes no País, acionistas ou não da Companhia, eleitos pelo Conselho de Administração, e com mandatos de 01 ano, sendo possível a reeleição". c.) Referendar a abertura de 02 filiais da Companhia, sendo 01 no município de Goiânia/GO, situada na Avenida Castelo Branco, nº5021, QD.29ª,LT.18 - Rodoviário Goiânia GO - CEP:74.430-130 e 01 no município de Maringá/PR, situada na Rodovia PR-317, 370, Parque Industrial Bandeirantes - CEP: 87.070-020, ambas tendo como objeto social o comércio atacadista de partes e peças para uso agrícola; d.) Referendar a extinção de 05 filiais inativas da Companhia referentes aos seguintes CNPJs: CNPJ 52.311.347/0004-00, CNPJ 52.311.347/0005-82, CNPJ 52.311.347/0006-63, CNPJ 52.311.347/0007-44 e CNPJ 52.311.347/0010-00; e.) Referendar a contratação de financiamento junto à FINANCIADORA DE ESTUDIOS E PROJETOS - Finproj, CNPJ nº 33.749.086/0001-09 pela Companhia, bem como assinatura do contrato de financiamento no valor de até R\$ 56.783.769,00; f.) Referendar o pagamento de uma remuneração adicional ao Conselho de Administração referente ao ano de 2023; g.) Reajuste da remuneração global do Conselho de Administração; h.) Ratificação da contratação dos auditores independentes; i.) Consolidar o estatuto social da Cia, de modo a refletir as alterações aprovadas nesta AGOE; **Deliberações:** Os acionistas deliberaram, em sede ORDINÁRIA, por: (a) Após terem sido prestados os esclarecimentos necessários, foi dispensada a leitura e, resultaram aprovados, sem reservas e por unanimidade: i) as contas dos administradores e, ii) o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras da Companhia referente ao exercício findo em 31.12.2023; Todos os documentos de que trata o artigo 133 foram devidamente publicados no Jornal "O dia" em 18.04.2024 edição impressa e eletrônica; (b) Aprovado por unanimidade, a destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2023 no montante de R\$ 42.501.635,17, com acréscimo da realização das reservas de reavaliação e do custo atribuído de R\$ 443.162,37, perfazendo um total de R\$ 42.944.797,54, os acionistas deliberaram a seguinte destinação: (I) constituição da reserva legal no montante de R\$ 2.156.000,00 nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76; (II) constituição de reserva de subterfúgio para investimento no montante de R\$ 36.334.723,15 nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76; (III) incentivos fiscais concedidos pelo Estado nos termos da Lei Complementar 160/2017 e artigo 30 da Lei 12.974/2014; (III) dividendos obrigatórios no montante de R\$ 222.703,72 correspondentes a 5% do lucro disponível conforme determina a alínea c do artigo 38 do Estatuto Social da Companhia; (iv) dividendos complementares no montante de R\$ 16.077.296,28, sendo R\$ 4.231.370,67 do saldo remanescente do resultado de 2023 e R\$ 11.845.925,61 com aproveitamento do saldo de reserva de lucros de períodos anteriores, ficando ratificadas integralmente as antecipações ocorridas nos meses de julho, outubro e dezembro/2023. (c) Foram aprovados, para compor o Conselho de Administração, os seguintes membros efetivos: **Presidente:** Walter Baldan Filho, integral do mandato, nos termos do artigo 10º do Estatuto Social dos seguintes Conselheiros: **Walter Baldan Filho**, brasileiro, casado, empresário, RG 13.696.995 e CPF 043.981.108-28, residente e domiciliado em Rua José Bonifácio, 1070, Apto. 122, Ed. Cristina, Centro - Matão/SP, CEP nº 15990-040; **Oscar Baldan Neto**, brasileiro, casado, economista, RG nº 29.464.042-3 SSP/SP expedido em 19.05.2018 e CPF nº 281.070.878-95, residente e domiciliado na Avenida Itaipuina, nº 1800, Torre Thamyres, Apto. 102, Parque Morumbi, São Paulo/SP, CEP: 05707-001; **Paulo Ailton Gehlen Rocha**, brasileiro, casado, Engenheiro Mecânico, RG 1037224001 e CPF 621.178.150-49, residente e domiciliado em Rua Airão Pinarito, cidade de Beirizópolis/SP, RG 13.102.519/0001-22 rep. **Renato José Mastropietro**; **Luís Fernando Baldan Fecho**, brasileiro, solteiro, Engenheiro, RG 13.102.519/0001-22 rep. **Renato José Mastropietro**; **Solos Participações Ltda** (CNPJ 12.652.321/0001-50) rep. **Adolfo Baldan Neto**; **Rise Participações Ltda** (CNPJ nº 12.647.138/0001-66) rep. **pp. Adolfo Baldan Neto**; **Thiago Participações Ltda** (CNPJ nº 12.714.357/0001-10) rep. **Adolfo Baldan Neto**; **Briana Participações S/A** (CNPJ 13.342.887/0001-48) rep. **Cleber Baldan**; **V6 Tino Participações Ltda** (CNPJ nº 13.790.199/0001-40) rep. **Luís Fernando Baldan Fecho**; (aa) **V.B Participações S/A** (CNPJ 22.575.279/0001-74) rep. **Gisele Teresinha Baldan** (RG-SSP 11.651.682-3 - CPF/MF 032.592.478-31). **Matão, 26/04/2024. Walter Baldan Filho - Presidente; Cleber Baldan - Secretário.** A presente é cópia fiel da ata de Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia, realizada em 26 de abril de 2024, extraída do livro de Atas de Assembleias da Cia. **Jucesp nº 253.062/24-0** em sessão de 25/06/2024. **Maria Cristina Frei - Secretária Geral. Anexo I - Estatuto Social Consolidado - Capítulo I - Denominação, sede, objeto e duração da Companhia: Artigo 1º A Baldan Implementos Agrícolas S/A é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege pelo presente Estatuto Social, pela lei das sociedades por ações (6.404/76) e pelas demais leis e regulamentos aplicáveis à Companhia e ao seu objeto. Artigo 2º A Companhia tem sede na Avenida Baldan, nº 1500, Nova Matão, CEP 15993-000, na Cidade de Matão/SP, podendo criar, instalar, abrir filiais comerciais ou industriais, escritórios, unidades comerciais ou administrativas, ou ainda fechar qualquer uma delas, quando for julgado conveniente pela Diretoria Executiva, mediante prévia deliberação e aprovação do Conselho de Administração. Artigo 3º A Companhia tem por objeto social: a) Industrialização; e) montagem de máquinas e equipamentos agrícolas, suas partes e peças, acessórios e fundidos, para si ou por ordem de terceiros; b) Importação de matérias primas, máquinas e seus componentes; c) Exportação de produtos de sua linha de fabricação e o montagem; d) Participação em outras empresas nas condições de sócio quotista, acionista, debenturista, ou ainda em consórcios industriais e ou comerciais; e) Atividades de representação por conta própria e de de terceiros, inclusive de natureza comercial; f) Prestação de serviços de reparação, conservação, montagem de máquinas, equipamentos industriais, implementos agrícolas, e manutenção em aparelhos elétricos, eletrônicos e científicos; g) Locação de bens imóveis. Artigo 4º O prazo de duração da companhia é indeterminado. Capítulo II - Do Capital social e das ações: Artigo 5º O capital social totalmente integralizado é de R\$ 145.933.180,12, representado por 1.310.121.591 de ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal e cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. Artigo 6º A Companhia poderá emitir certificados de ações, títulos múltiplos de ações ou cotações que provisoriamente as representem e os títulos a que se refere este artigo conterão os requisitos legais e serão sempre assinados por 2 diretores. Artigo 7º Os acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejem aliená-las por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à quantidade de ações que possuam da mesma espécie e que, se não for exercido, no todo ou em parte, por algum dos acionistas, reverterá aos demais, sempre proporcionalmente. Artigo 8º No caso de algum acionista desejar alienar suas ações, deverá comunicar por escrito essa intenção aos demais titulares de ações da mesma espécie e ao Conselho de Administração, informando-os do preço, condições e da venda, indicando o interessado (ofertante indicado), notificando-os para que exerçam, em que caso, no prazo de 180 dias corridos ou em prazo diverso caso estabelecido especificamente em Acordo de Acionista, o seu direito de preferência, sob pena de caducidade. §1º Se, no prazo assinalado no parágrafo anterior, nenhum dos demais acionistas exercer o seu direito de preferência, o acionista que tiver oferecido as ações para alienação poderá vendê-las ao ofertante indicado, dentro de um prazo adicional de 180 dias corridos ou em prazo diverso caso estabelecido especificamente em Acordo de Acionista, desde que o faça por preço corrigido monetariamente e em condições iguais ou superiores aos originalmente indicados aos demais acionistas. §2º Excluem-se das condições fixadas neste artigo as transferências a título de "cessão de bens" as efetuadas a herdeiros ou mestros. Artigo 9º A Companhia poderá, por doação, ou ainda, para sociedades, simples ou empresariais, limitadas ou anônimas, cuja base societária seja constituída por acionistas e seus parentes até 3.º grau. §3º Caso os acionistas não venham a adquirir a totalidade ou parte das ações em decorrência do exercício do direito de preferência previsto acima, por deliberação do Conselho de Administração, a Companhia poderá adquirir as ações, para permanência em Tesouraria, pelo valor do saldo da conta de lucros ou reservas, exceto a legal, sem que ocorra a redução do Capital Social. §4º As ações próprias, quando em Tesouraria, não terão direito a dividendos e não terão direito a votos nas deliberações das Assembleias Gerais. §5º A Companhia observará os Acordos de Acionistas que forem arquivados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo ao Presidente da Assembleia Geral abster-se de computar os votos lançados em desacordo aos mesmos desde que referidos acordos tenham sido registrados no prazo de 30 dias que antecede a Assembleia. Capítulo III - Da Administração - Artigo 9º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração composto de 5 membros, acionistas ou não, residentes no País, e por uma Diretoria Executiva composta de no mínimo 2 e no máximo 7 membros, acionistas ou não, igualmente residentes no País, sendo comum aos membros de ambos os órgãos as normas legais relativas a requisitos, impedimentos, deveres e responsabilidades. §1º Os membros do Conselho de Administração serão eleitos pela Assembleia Geral e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos pelo Conselho de Administração, em observância ao presente Estatuto e aos Acordos de Acionistas que forem arquivados na forma do art. 118 da Lei nº 6.404/76. Artigo 10º - Os membros do Conselho de Administração e os membros da Diretoria Executiva serão eleitos para exercer mandato de 1 ano, em ambos os casos sendo permitida a reeleição. §1º O prazo de gestão do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva estender-se-á até a investidura de novos administradores eleitos. §2º O substituído eleito para preencher cargo vago completará o prazo de gestão do substituído. Artigo 11º A remuneração máxima global do Conselho de Administração será fixada anualmente pela Assembleia Geral, ficando a sua distribuição a critério do próprio Conselho de Administração. Artigo 12º A investidura nos cargos**

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2023 e 2022		Demonstrações de resultados em 31 de Dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em Milhares de Reais)		Resultado operacional	
	2023	2022	2023	2022	
Ativo					
	(Não Auditado)	(Não Auditado)			
Circulante	47.056	4			27.855 (1.518)
Caixa e equivalentes de caixa	6.738	4	Receita operacional líquida	315.460	(2.291) (14)
Contas a receber de clientes	5.314	–	Costo de produtos vendidos e serviços prestados	(280.955)	–
Outros créditos (AC)	35	–	Lucro bruto	34.505	8.087 (1.532)
Não circulante	17.076	6	Receitas/(despesas) operacionais	(6.505) (1.518)	(Prejuízo) lucro líquido do exercício
Partes relacionadas	17.017	–			17.477 (1.532)
Imobilizado	59	6			
Total do ativo	64.132	10			
Passivo e patrimônio líquido					
	(Não Auditado)	(Não Auditado)			
Circulante	46.154	40			
Empréstimos e financiamentos	30.912	–	Saldo em 31.12.2021 (Não auditado)	1	–
Fornecedores	12.583	–	Prejuízo do exercício	–	(1.532) (1.532)
Outros débitos (PC)	2.659	40	Saldo em 31.12.2022 (Não auditado)	1	(1.708) (1.707)
Não circulante	4.247	1.871	Aumento de capital	3.125	–
Empréstimos e financiamentos	3.881	–	Lucro líquido do exercício	–	3.125
Partes relacionadas	366	–	Distribuição de lucros	–	(5.164) (5.164)
Adiantamento para futuro aumento de capital (AFAC)	–	1.677	Constituição da reserva legal	–	625 (625)
Patrimônio líquido	13.371	(1.707)	Aumento para reserva de lucros	–	9.980 (9.980)
Capital social	3.126	–	Saldos em 31.12.2023	3.126	9.980 625 – 13.731
Prejuízos acumulados	–	(1.708)			
Reserva legal	625	–			
Reserva de lucros	9.980	–			
Total do passivo e do patrimônio líquido	64.132	10			
	(Não Auditado)	(Não Auditado)			
Fluxo de caixa das atividades operacionais	17.477 (1.532)	(1.532)			
Resultado abrangente total do exercício atribuído a	17.477 (1.532)	(1.532)			
DIRETORIA					
Alexandre Rodrigues Ferreira da Silva					
Diretor Responsável					
André Rocha Menezes					
Contador Responsável - CRC-1 SP 290.347/0-5					



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF Nº 05.303.439/0001-07

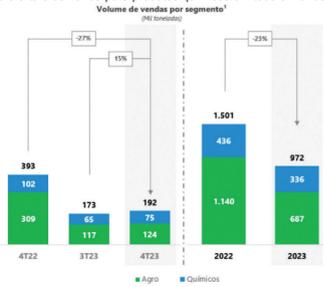
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 4T23 & 2023

São Paulo, 02 de julho de 2024 - A Unigel Participações S.A. ("Companhia") anuncia hoje os resultados do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, exceto quando indicado o contrário, são apresentadas em reais, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS - International Financial Reporting Standards) e as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, as informações operacionais e financeiras incluídas nesta divulgação de resultados estão sujeitas a arredondamentos e, como consequência, os valores totais apresentados nas tabelas e gráficos podem diferir da agregação numérica direta dos valores que as precedem. Além disso, os valores destacados em dólares foram convertidos utilizando as taxas médias de cada mês para as demonstrações de resultados e de fluxo de caixa e utilizando a taxa de fim do exercício para as informações do balanço patrimonial. As comparações realizadas neste relatório levam em consideração o quarto trimestre de 2023 ("4T23"), o quarto trimestre de 2022 ("4T22") e o terceiro trimestre de 2023 ("3T23"), bem como o acumulado de doze meses de 2023 ("2023") e de 2022 ("2022").

COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

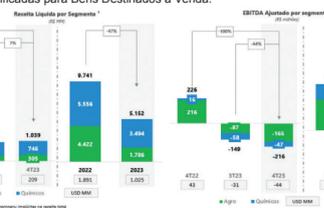
Contexto Operacional

O ano de 2023 foi marcado por uma severa crise no setor petroquímico global, causada pelo desbalançamento da relação entre oferta e demanda. Do lado da oferta, a China, maior produtor e consumidor de produtos químicos do mundo, vem aumentando seus investimentos em novas capacidades nos segmentos petroquímico e de fertilizantes desde 2016, com previsão de recorde de adição de capacidade em 2023. Por outro lado, a demanda global foi impactada por políticas monetárias contracionistas adotadas por diversos países, especialmente, os do ocidente, na tentativa de frear o movimento inflacionário intensificado pelo conflito militar entre Rússia e Ucrânia. Adicionalmente, na Ásia, a retomada econômica esperada para a China no período pós-pandemia não se concretizou, resultando em um persistente desbalançamento da oferta e demanda para produtos químicos em todo o mundo.



Nota: Eliminação de vendas interempresariais implicadas no volume total

Neste contexto, focamos nossos esforços em adequar nossa operação para preservar liquidez através da desmobilização de capital de giro. Principal medida neste sentido, foram as paralisações de plantas para redução dos níveis de estoques e adequação de gastos fixos. No segmento Agro, a planta de Camaçari foi paralisada em agosto e permanece parada desde então. A planta de Sergipe ficou parada entre os meses de abril e agosto, voltou a operar entre os meses de setembro e novembro, e foi paralisada novamente em dezembro, permanecendo hibernada desde então. Em Químicos, começando por Estirénicos, optamos por paralisar as operações em algumas das plantas ao longo do ano. Com isso, planta de estireno em Camaçari ficou parada por alguns dias entre os meses de junho e julho; a planta de estireno em Cubatão ficou parada durante os meses de julho a agosto; e a planta de Poliestireno de São José dos Campos ficou parada de junho até meados de novembro. Atualmente, todas as plantas estão em operação. Já em Acrílicos, as plantas de cianeto de sódio permaneceram ativas durante todo o ano, e continuam operando normalmente, com excelente performance. Por outro lado, as plantas de acrilnitrila e de metacrilatos ficaram paralisadas na maior parte do ano, com algumas campanhas focadas principalmente no atendimento ao mercado interno. A partir de dezembro de 2023, quando foi oficializada a assinatura do SPA, as contas de balanço relacionadas à operação de chapas acrílicas no México foram reclassificadas para Bens Destinados a Venda.



Nota: Eliminação de vendas interempresariais implicadas no volume total

O EBITDA de 2023 totalizou uma perda de R\$ 492 milhões, fortemente impactado pelo cenário extremamente desafiador mencionado anteriormente. Além disso, os resultados da Unigel foram prejudicados ainda por reconhecimento de despesas com encargos e penalidades de take-or-pay, além de iniciativas de capital de giro realizadas para preservação de liquidez, tais como paradas de plantas, descontos para antecipação de receitas e realização de estoques para levantamento de caixa. Com isso, apesar do impacto negativo no resultado, essas medidas se mostraram eficientes para geração de caixa operacional, que passou de uma perda de R\$ 326 milhões no primeiro semestre, para um resultado positivo de R\$ 168 milhões no segundo semestre de 2023.



(1) Antes do pagamento de juros e imposto de renda.

Plano de Recuperação Extrajudicial

Conforme comunicado ao mercado, em 20 de maio a Unigel alcançou acordo com os credores necessários para aprovação dos dois planos de recuperação extrajudicial apresentados em 20 de fevereiro de 2024 (os "Planos RE"), perante a 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo ("Juízo RE"). Os Planos de RE foram assinados pela maioria dos titulares dos créditos detidos contra cada uma das entidades da Companhia a serem reestruturadas no âmbito dos Planos RE ("Créditos Abrangidos"), comprovando concordância desses credores com os termos apresentados, conforme exigido pela legislação brasileira. Este é mais um importante passo no processo de reestruturação, e reforça o compromisso da Unigel e de seus principais credores com a melhoria da estrutura de capital da Companhia, com aumento da liquidez e redução de sua alavancagem. Nos termos dos Planos RE, aproximadamente R\$4,14 bilhões serão reestruturados em novos instrumentos de dívida e novos títulos participativos conversíveis (em conjunto "Títulos Reestruturados"), os quais serão entregues aos titulares dos Créditos Abrangidos em troca do cancelamento de seus créditos existentes. Os valores finais dos Títulos Reestruturados emitidos no âmbito dos Planos RE dependerão da participação dos credores abrangidos na emissão das Notas de Novos Recursos (conforme definido abaixo). Os Planos RE preveem ainda que a Unigel emitirá US\$ 120 milhões em novas notas com vencimento em dezembro de 2027 ("Notas de Novos Recursos"). De acordo com os termos dos Planos RE, todos os titulares de Créditos Abrangidos terão direito a participar na emissão das Notas de Novos Recursos e os credores que efetivamente participarem receberão, em adição às notas e de forma agregada, participação acionária de 50% na Companhia. A consumação dos Planos RE está sujeita ao cumprimento das condições de eficácia neles previstas, entre elas, a confirmação dos Planos RE pelo Juízo RE e o reconhecimento dos mesmos pelo Tribunal de Insolvências de Nova York. Os Planos RE estão disponíveis na íntegra no site da Unigel em <https://i.unigel.com.br/plano-de-reestruturacao/>.

RESULTADO CONSOLIDADO

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T23	4T23	4T22 Δ (%) a/a	2023	2022 Δ (%) a/a		
Receita bruta	6%	1.118	1.185	2.481	-52%	5.810	10.828	-46%
Receita líquida	7%	972	1.039	2.223	-53%	5.152	9.740	-47%
Custo do produto vendido	10%	(1.142)	(1.256)	(2.008)	-37%	(5.693)	(7.999)	-29%
Lucro bruto	28%	(170)	(217)	215	-201%	(541)	1.741	-131%
Margem Bruta	-3,4p.p.	-17,5%	-20,9%	9,7%	-30,6p.p.	-10,5%	17,9%	-28,4p.p.
Despesas com vendas, gerais e adm. (SG&A)	-6%	(77)	(72)	(61)	18%	(276)	(243)	14%
Outras receitas (despesas) operacionais	40100%	(2)	(804)	(13)	6085%	(808)	(6)	13367%
Lucro operacional	339%	(249)	(1.093)	141	-875%	(1.625)	1.492	-209%
Resultado financeiro	-19%	(259)	(210)	(337)	-38%	(1.016)	(1.124)	-10%
Imposto de renda e contribuição social	244%	(16)	(23)	94	-76%	306	21	1357%
Resultado líquido	144%	(524)	(1.280)	(102)	1155%	(2.335)	390	-699%

Receita líquida

A receita líquida de 2023 totalizou R\$ 5,15 bilhões, uma queda de 47% em relação ao mesmo período do ano anterior, principalmente em função da redução de 60% na receita líquida do segmento Agro, explicada pela redução do volume de vendas em função das paralisações de plantas ao longo do segundo e terceiro trimestres, motivadas pela queda dos preços internacionais da ureia e amônia, sem contrapartida no preço do gás natural, que se manteve em patamar elevado. No segmento Químicos, a redução da receita foi de 35%, explicada principalmente pela queda dos spreads internacionais nos mercados de acrilnitrila e metacrilatos, que inviabilizaram as exportações e motivaram a paralisação das plantas durante maior parte do ano.

Custo do produto vendido (CPV) e margem bruta

O CPV da Unigel totalizou R\$ 5,69 bilhões em 2023, queda de 29% na comparação com 2022, também explicada pela redução dos volumes, principalmente no segmento Agro. Com isso, o lucro bruto consolidado de 2023 totalizou uma perda de R\$ 541 milhões, resultado da redução da margem de contribuição que não cobriu a totalidade dos custos fixos.

Despesas com vendas, gerais e administrativas ("SG&A")

As despesas com vendas, gerais e administrativas (SG&A) totalizaram R\$ 276 milhões em 2023, um aumento de 14% na comparação com o ano anterior, impactado principalmente por despesas relacionadas a contingências fiscais.

EBITDA ajustado

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T23	4T23	4T22 Δ (%) a/a	2023	2022 Δ (%) t/t		
Resultado líquido	144%	(524)	(1.280)	(101)	1167%	(2.334)	389	-700%
Imposto de renda e contribuição social	-244%	16	(23)	(94)	-76%	(306)	(21)	1357%
Resultado financeiro	-19%	259	210	337	-38%	1.016	1.124	-10%
Depreciação e amortização	-1%	76	75	71	6%	293	276	6%
EBITDA	488%	(173)	(1.018)	213	-578%	(1.331)	1.767	-175%
Margem EBITDA	-80,2p.p.	-17,8%	-98,0%	9,6%	-107,6p.p.	-25,8%	18,1%	-44,0p.p.

Resultado na venda de ativos e Impairment 39400% 2 790 13 5977% 792 8 9800%
 Reestruturação/Indenizações -191% 22 (20) - -100% 15 - 100%
 Parada de planta e despesas não operacionais 0% - - 1 -100% (0) 78 -100%
 Baixa de custos de transação 0% - - - 0% - 18 -100%
 Débito de Imposto de Renda 100% - - 33 - 100% 33 - 100%
EBITDA Ajustado 44% (149) (215) 227 -195% (492) 1.871 -126%
Margem EBITDA Ajustado -5,4p.p. -15,3% -20,7% 10,2% -30,9p.p. -9,5% 19,2% -28,8p.p.

O EBITDA Ajustado de 2023 totalizou um resultado negativo de R\$ 492 milhões, principalmente em função da performance do segmento Agro, com resultado negativo em R\$ 431 milhões no mesmo período, impactado pela queda abrupta nos preços internacionais da ureia e amônia, combinada com manutenção de preços muito elevados para o gás natural no Brasil. Soma-se a esse cenário, iniciativas de capital de giro, relacionadas a realização de estoques, que impactaram negativamente o resultado, mas foram importantes para uma geração de caixa operacional positiva no segundo semestre do ano.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

Ativo	Controladora		Consolidado	
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	7	244	165.836	908.564
Contas a receber de clientes	8	-	148.065	404.018
Estoques	9	-	640.125	1.075.456
Ativo fiscal corrente	11	2.531	13.578	270.232
Adiantamentos a fornecedores	-	12	48	20.980
Operações com derivativos	31	-	-	23.280
Créditos contratuais	-	-	66.566	2.938
Outros ativos	-	1.786	155	37.491
Total do ativo circulante		4.573	25.849	1.349.295
Ativos disponíveis para venda	32	-	-	387.218
Total do ativo circulante e disponível para venda não circulante		4.573	25.849	1.736.513
Contas a receber de partes relacionadas	10	2.170	868	700
Ativo fiscal corrente	11	9	-	293.872
Impostos diferidos	12	-	-	858.520
Depósitos judiciais	20	47	-	13.132
Operações com derivativos	31	-	-	50.438
Créditos contratuais	-	-	3.359	3.359
Reembolsos por cobrar de contingências	20	-	18.917	-
Outros ativos	-	-	1.280	23.504
Investimentos	13	1.588.203	2.815.797	-
Imobilizado	14	3.647	4.451	2.102.527
Direito de uso	15	23.085	15.925	241.511
Intangível	-	4.313	4.467	20.170
Total do ativo não circulante		1.621.474	2.842.788	3.600.142
Total do ativo		6.195.447	5.368.347	5.346.437

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Resultado Financeiro

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T23	4T23	4T22 Δ (%) a/a	2023	2022 Δ (%) a/a		
Receitas Financeiras	-89%	18	2	16	-88%	40	67	-40%
Aplicações financeiras	0%	4	4	15	-73%	26	63	-59%
Juros Ativos	-123%	13	(3)	1	-400%	12	4	200%
Descontos Obidos	0%	1	1	-	100%	3	0	100%
Despesas financeiras	60%	(151)	(241)	(131)	84%	(628)	(497)	26%
Despesas de juros sobre financiamentos	12%	(109)	(122)	(92)	33%	(427)	(377)	13%
Juros sobre passivos de arrendamento	-9%	(11)	(10)	(11)	-9%	(38)	(42)	-10%
Impostos e despesas bancárias	145%	(11)	(27)	(16)	69%	(51)	(30)	70%
Juros passivos	371%	(17)	(80)	(5)	1500%	(106)	(29)	266%
Outras despesas	-33%	(3)	(2)	(7)	-71%	(7)	(19)	-63%
Resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos	80%	(133)	(239)	(115)	108%	(588)	(430)	37%
Variação cambial e derivativos	123%	(126)	29	(221)	113%	(427)	(693)	-38%
Resultado Financeiro Líquido	-19%	(259)	(210)	(336)	-38%	(1.015)	(1.124)	-10%

O resultado financeiro antes da variação cambial e derivativos totalizou uma despesa de R\$ 588 milhões em 2023, um crescimento de 37% em comparação com mesmo período do ano anterior explicado principalmente por um aumento nas despesas de juros sobre financiamentos, em função das captações realizadas ao longo de 2023 além de provisão de despesas com juros e encargos de linhas de crédito vendidas.

FLUXO DE CAIXA

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T23	4T23	4T22 Δ (%) a/a	2023	2022 Δ (%) a/a		
EBITDA Ajustado	44%	(149)	(215)	227	-195%	(492)	1.871	-126%
Itens Não-Recorrentes e/ou Não-caixa	148%	(33)	16	24	-33%	(7)	(52)	-87%
EBITDA "Caixa"	9%	(182)	(199)	251	-179%	(499)	1.819	-127%
Variação de capital de giro (1)	-15%	241	205	233	-12%	288	(103)	380%
Resultado financeiro (caixa) (2)	1488%	(8)	111	(8)	1488%	52	(507)	110%
Geração de caixa operacional	129%	51	117	476	-75%	(159)	1.209	-113%
Juros pagos por empréstimos	-16%	(38)	(32)	(191)	-83%	(294)	(380)	-23%
Imposto de renda pago	0%	-	-	(7)	-100%	(0)	(54)	-100%
Fluxo de caixa das atividades operacionais	554%	13	85	278	-69%	(453)	775	-158%

(1) Variação de capital de giro inclui resultado do imposto de renda e contribuição social do período

(2) Resultado financeiro ajustado por efeitos não caixa

Demonstrativo de Fluxo de Caixa

R\$ milhões	Δ (%) t/t	Trimestre			Acumulado			
		3T23	4T23	4T22 Δ (%) a/a	2023	2022 Δ (%) a/a		
Fluxo de caixa das atividades operacionais	500%	14	84	278	-70%	(452)	775	-158%
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	-49%	(90)	(46)	(362)	-87%	(487)	(771)	-37%
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	85%	(55)	(102)	(245)	-58%	267	67	299%
Fluxo de caixa e equivalentes de caixa -51% (131) (64) (329) -81% (672) 71 -1046%								
Manutidas para venda	-100%	-	(61)	-	-100%	(61)	-	-100%
Ajuste de conversão (CTA) (1)	-167%	3	(2)	(7)	-71%	(10)	(10)	0%
Fluxo de caixa e equivalentes de caixa	0%	(128)	(128)	(336)	-62%	(743)	60	-1338%
Saldo de caixa no início do período	-31%	421	292	1.245	-77%	909	849	7%
Saldo de caixa no encerramento do período	-43%	292	166	909	-82%	166	909	-82%

(1) Efeito gerado pela conversão cambial das informações financeiras das subsidiárias do México e de Luxemburgo.

Fluxo de caixa das atividades operacionais

O fluxo de caixa das atividades operacionais, que inclui pagamento de juros e imposto de renda, totalizou um consumo de R\$ 453 milhões no ano de 2023, explicado principalmente pelo resultado operacional no período, refletido no EBITDA ajustado negativo de R\$ 492 milhões. Em contrapartida, as medidas de capital de giro foram eficientes para preservar liquidez da Companhia, totalizando uma receita de R\$ 288 milhões no mesmo período.

Fluxo de caixa das atividades de investimentos

O fluxo de caixa das atividades de investimentos totalizou um desembolso de R\$ 487 milhões, principalmente explicados pelos investimentos realizados na planta de Ácido Sulfúrico no início do ano. Na comparação trimestral, fluxo de caixa de investimentos totalizou R\$ 46 milhões, redução de 50% na comparação com o trimestre anterior, refletindo a decisão de paralisação dos investimentos em projetos estratégicos visando preservação de caixa.

Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento totalizou uma entrada de R\$ 267 milhões em 2023, explicado principalmente por captações realizadas ao longo do ano, relacionadas a capital de giro e linha com BNB para financiamento do projeto de ácido sulfúrico.

ENVIDIAMENTO E ALAVANCAGEM

R\$ milhões	Em milhões de Reais		Em milhões de Dólares			
	dez-22	dez-22 Δ (%) a/a	dez-22	dez-22 Δ (%) a/a		
Circulante	4.491	274	1539%	928	53	1651%
Não Circulante	-	3.266	-100%	-	626	-100%
Dívida Bruta	4.491	3.540	27%	928	679	37%
(-) Swap Accrual	8	(205)	104%	2	(39)	105%
(-) Caixa e Equivalentes	(166)	(909)	-82%	(34)	(174)	-80%

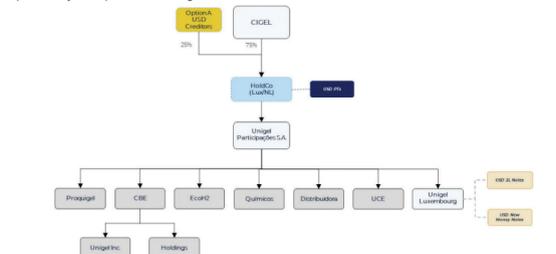


NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Unigel Participações S.A., constituída em 24 de setembro de 2005, (a seguir denominada "Unigel" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") tipo A, com sede na Avenida Engenheiro Luis Carlos Bernini, nº 105, 11º andar, bairro Brooklin, na cidade e estado de São Paulo. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, contemplam a Companhia e suas controladas (a seguir denominados como "Grupo"), que são sociedades anônimas de capital fechado. A Companhia é controlada pela Cigel Participações S.A., que detém 99,9% das ações. A Companhia atua como empresa "holding" sendo controladora de sociedades que se dedicam a fabricação, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, na cadeia de acrílicos e estrênicos, e de fertilizantes, na cadeia de agrogênicos ("Agro"). Também assessora suas controladas na gestão das áreas de controladoria, finanças, jurídica, planejamento, gestão de pessoas e tecnologia da informação. É integrante do Grupo Unigel o qual foi constituído em 1964. Conforme informado em fato relevante publicado no dia 30 de março de 2024, a Companhia adiu a publicação dessas demonstrações financeiras em razão do processo de aprimoramento de estrutura de capital através de um plano de recuperação extrajudicial. Tal processo aumentou consideravelmente a complexidade, as análises e as revisões necessárias para a conclusão da presente demonstração. **Continuidade Operacional:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base na premissa de continuidade operacional apesar da posição financeira e o desempenho operacional da Companhia em 31 de dezembro de 2023 que levantaram dúvidas relevantes sobre sua capacidade de continuar operando. (i) **Fatores que contribuem para a incerteza da continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava um Patrimônio Líquido negativo no montante de R\$ 1.245.748, um prejuízo líquido de R\$ 2.334.432, geração de caixa operacional negativo de R\$452.077, e um capital circulante líquido negativo de R\$ 4.208.587. Adicionalmente, os custos financeiros foram elevados devido ao aumento da taxa de juros. (ii) **Principais riscos:** A Companhia enfrenta riscos relacionados à economia brasileira ("SELIC") nos últimos anos, impactando negativamente os resultados financeiros da Companhia. Além das taxas de juros, os principais fatores que contribuíram para a piora da situação financeira da Companhia foram: • **Desafios no setor e impactos no desempenho operacional:** Os setores químico e agroindustrial, nos quais o Grupo Unigel atua, têm enfrentado condições econômicas desafiadoras, incluindo alta ou manutenção de preços de matérias-primas no mercado local e internacional e, em paralelo a redução dos preços de venda de nossos produtos no mercado internacional, bem também, para os preços praticados no mercado interno. Neste contexto, encontramos nossos esforços em adaptar a operação para preservar a liquidez e a principal medida adotada foi a paralisação de plantas para reduzir os níveis de estoques. Em dezembro de 2023, a produção de ambas as plantas de Agro e planta de acrílica foram paralisadas, assim como, a planta de metacrilatos em Candeias, passou a operar de forma intermitente visando atender as demandas pontuais do mercado interno. Como resultado, a Companhia apurou prejuízo bruto no montante de R\$ 541.798 e geração de caixa operacional negativo de R\$452.077. • **Eventos de inadimplência:** A Companhia enfrentou eventos de inadimplência relacionados às suas obrigações de atendimento a índices financeiros e a Companhia não conseguiu manter seus indicadores de covenants desde 30 de junho de 2023, resultando na reclassificação da dívida de não circulante para circulante, devido a eventos de inadimplência e cross-default. • **Restrições de crédito:** As linhas de crédito disponíveis da Companhia com instituições financeiras foram restringidas em 2023, devido à deterioração da sua saúde financeira e rebaixamento de rating. (iii) **Plano de ação implementado pela Companhia:** Diante deste cenário, e em resposta a essas dificuldades financeiras, a Administração da Companhia contratou advogados financeiros e jurídicos e vem desenhando e implementando uma série de ações com o objetivo de reduzir o prejuízo operacional, reequilibrar a sua estrutura de capital e geração caixa, e na formulação de uma solução de longo prazo financeiramente viável, sendo as principais ações implementadas pela Companhia, as elencadas a seguir: • **Ajustes operacionais:** Adaptamos nossa operação para preservar a liquidez. A principal medida adotada foi a paralisação de plantas para reduzir os níveis de estoques e hibernação estratégica de plantas com margens negativas. Em dezembro de 2023, a produção de ambas as plantas de Agro e planta de acrílica foram paralisadas, assim como, a planta de metacrilatos em Candeias passou a operar de forma intermitente visando atender as demandas pontuais do mercado interno. Adicionalmente, reconhecemos provisão para recuperação de ativos relacionadas as plantas de Agro, conforme detalhadamente divulgado na nota explicativa 14 - Imobilizado e na nota explicativa 15 - Direito de uso e passivo de arrendamento, no montante de R\$175.764. • **Contrato de fornecimento de gás natural:** A Companhia, por meio de controlada Proquigel, ingressou com Ação Cautelar Pré-Arbitral contra a Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras) perante o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro e obteve medida liminar em dezembro de 2023, garantindo a suspensão de obrigações do Contrato de Fornecimento de Gás Natural e dos Contratos de Arrendamento. A vigência dessa liminar, suspende, portanto, a aplicação futura de compra de gás natural num volume total de 5 bilhões de metros cúbicos até 2034. Em seguida, a Companhia, instaurou a arbitragem, conforme cláusula compromissória prevista nos contratos, onde será discutido o mérito da disputa em relação à revisão das bases contratuais. O procedimento arbitral está em processo de confirmação dos corâmbitos indicados pelas partes, e estima-se que a constituição do Tribunal Arbitral venha a ocorrer entre 3 (três) a 5 (cinco) meses a partir da presente data. Maiores detalhes, vide nota explicativa 17.2. Obrigações contratuais. (iii) **Plano de Reestruturação Financeira e Pedido de Recuperação Extrajudicial:** Em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um plano de recuperação extrajudicial, que após a aprovação dos credores, e tendo a Companhia obtido a aprovação de aproximadamente 57% dos mesmos para aprovação dos planos de recuperação extrajudicial, foi aditado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. Os planos de recuperação extrajudicial, que se encontra em processo de homologação judicial, buscam equacionar as dívidas da Companhia e garantir sua sustentabilidade financeira. O plano está dividido em dois planos consensuais distintos (PRE HoldCo e PRE OpCo) e, prevê os seguintes eventos: • **Venda de ativos:** A venda das Plásticas de México S/A de CV por aproximadamente US\$ 83 milhões líquidos (equivalente a R\$430 milhões), com data de fechamento em 4 de junho de 2024. • **Captação de recursos:** A captação de pelo menos US\$ 120 milhões por meio da emissão de Senior Notes com vencimento em dezembro de 2027 e juros trimestrais de 13,5% ao ano, sujeito a cash sweep trimestral inicial de US\$ 100 milhões até 2025 e US\$ 75 milhões de 2026 em diante. Os recursos serão utilizados para investimentos estratégicos e capital de giro, com entrada da caixa prevista para o quarto trimestre de 2024. • **Reorganização societária:** O Plano Reestruturado prevê a criação de uma nova holding na

Holanda ("HoldCo"), que concentrará a titularidade dos investimentos no Grupo Unigel. Os credores abrangidos pelo Plano Reestruturado terão a oportunidade de optar por diferentes modalidades de pagamento para seus créditos, incluindo a conversão em novos títulos de dívida, participação societária na HoldCo e pagamentos em dinheiro, conforme descrito a seguir: • **Credores financiadores:** Credores que optarem por contribuir com novos recursos ("Novos Recursos") para a Companhia receberão, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas, Notas Participativas, Notas de Novos Recursos e ações da HoldCo. • **Credores não financiadores:** Credores que optarem por não contribuir com Novos Recursos receberão, em substituição aos seus créditos existentes, uma combinação de Novas Notas Reestruturadas e Notas Participativas. • **Opções de pagamento em dinheiro com prazo alongado:** O Plano Reestruturado também contempla opções de pagamento em dinheiro para certos credores, com prazos e condições específicas. • **Reestruturação da dívida:** A renegociação das dívidas existentes prevê a criação de novas dívidas com as seguintes características: • **Novas notas reestruturadas (2L Notes):** Notas emitidas pela Unigel Luxembourg de acordo com as leis do estado de Nova Iorque, Estados Unidos da América, com vencimento em 31 de dezembro de 2028 e Juros remuneratórios de (i) 12% a.a. da data do pedido de recuperação extrajudicial até 31 de dezembro de 2025, a serem capitalizados de (ii) 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre, a critério da Companhia e a partir de 1º de janeiro de 2026, juros de 11% a.a., a serem pagos em dinheiro a cada trimestre. As notas também têm direito a cash sweep em caso de excesso de caixa por fim de cada trimestre fiscal. As notas serão garantidas pelas ações da HoldCo das empresas do grupo: Unigel Participações, CBE, Proquigel Química S.A., Unigel Químicos S.A., Unigel Distribuidora S.A., Unigel Comercializadora de Energia S.A., Ecohydrogen Energy S.A. e Unigel Luxembourg; equipamentos industriais, plantas, edifícios e terrenos constituindo ativos industriais e 30% dos recebíveis de clientes. • **Notas participativas (Participating Notes):** Notas emitidas pela HoldCo, sendo 90% destinado a credores aderentes ao plano e 10% destinado a Cigel. As notas terão vencimento em 31 de dezembro de 2024 com juros de (i) 15% a.a. a serem capitalizados no valor principal da data do pedido até 31 de dezembro de 2028 (ii) a partir de 1 de janeiro de 2029, juros de 15% a.a. que poderão ser capitalizados no valor principal ou pagos anualmente, desde que as 2L notes e os novos recursos tenham sido integralmente amortizados. As notas também têm direito a cash sweep em caso de excesso de caixa apurado ao fim de cada trimestre fiscal. As notas participativas serão convertidas em 95% do capital social total da HoldCo nos seguintes casos: (a) obrigatoriamente e automaticamente, caso as notas participativas não tenham sido integralmente amortizadas ou refinanciadas até 31 de dezembro de 2029, podendo ser postergado para 31 de dezembro de 2030 caso o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2029 seja igual ou menor que o saldo das notas participativas em 31 de dezembro de 2028; (b) se o Grupo Unigel não tiver obtido o consentimento dos credores para a emissão de novos recursos participativas a HoldCo não poderá distribuir dividendos. • **Participação societária e governança:** Concessão de 50% de ações na constituição da HoldCo aos Credores Financiadores, porém garantindo 50% de direitos econômicos e de governança durante o período de vigência dos novos títulos emitidos. • **Garantias:** As Senior Notes emitidas no contexto do PRE HoldCo e do PRE OpCo terão garantia de primeiro grau sobre os ativos da Companhia, com exceção da Plásticas de México e ativos específicos mencionados no Anexo A do plano de recuperação extrajudicial. As Novas Notas 2L e as Novas Debêntures 2L terão garantia de segundo grau sobre os mesmos ativos. A estrutura societária após a implementação do plano será a seguinte:



A implementação do Plano Reestruturado resultará em uma significativa redução do endividamento da Companhia, através da conversão de dívida em capital, além da injeção de novos recursos financeiros. Adicionalmente, a reorganização societária e a nova estrutura de governança corporativa da HoldCo visam fortalecer a gestão e a governança da Companhia. A Administração acredita que a implementação do Plano Reestruturado fortalecerá significativamente a posição financeira da Companhia e proporcionará uma base sólida para o crescimento futuro. A reestruturação da dívida, a reorganização societária e a captação de novos recursos devem permitir que a Companhia atenda às suas obrigações de capital de giro e explore novas oportunidades de negócios como por exemplo, a conclusão do projeto da nova planta de benzol em Estância da Barra, em São Paulo. O plano de recuperação extrajudicial possui uma significativa dos credores nos Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e suas controladas, como a implementação dos planos propostos depende da conclusão do processo de homologação judicial, existe uma incerteza relevante que pode lançar dúvidas significativas quanto a capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se os Planos de Recuperação Extrajudicial não forem homologados judicialmente, e consequentemente, os Planos de Reestruturação Financeira não for implementado com êxito, a Companhia poderá não obter financiamento adicional de que necessita e readequar a sua estrutura de capital para que consiga garantir uma solução de financiamento de longo prazo de uso, pela Administração do premissos de continuidade operacional, foi feito baseado na premissa de que a Recuperação Extrajudicial seja homologada bem como a Reestruturação Financeira seja implementada. Essas demonstrações financeiras não incluem quaisquer ajustes que possam resultar das incertezas anteriormente mencionadas. A composição societária do Grupo em 31 de dezembro de 2023 é a mesma em relação a 31 de dezembro de 2022 e possui as seguintes empresas controladas:

Empresas	% Participação		Principais produtos	
	Brasil	31/12/2023		31/12/2022
Proquigel Química S.A. e subsidiária	Brasil	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrílicos, cianeto de sódio, sulfato de amônia, ácido metacrilílico glacial, amônia, ureia e ARLA.
Ecohydrogen Energia S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Hidrogênio verde (planta em construção).
Unigel Distribuidora S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo.
Unigel Luxembourg S.A.	Luxemburgo	99,9%	99,9%	Gestão de ativos financeiros em mercado de capitais.
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Comercialização de energia elétrica.
Unigel Químicos S.A.	Brasil	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos e resinas acrílicas.
Companhia Brasileira de Estireno e subsidiárias:	Brasil	99,9%	99,9%	Estireno, poliestireno, etil benzene, tolueno, látex, acrílica, ácido clorídrico e acetona clorídrica.
Plásticas de México, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Placas de acrílicos, resinas acrílicas e revenda de placas de policarbonatos.
Metacril Holdings, S.A. de C.V. e subsidiárias:	México	99,9%	99,9%	Holding intermediária.
Unigel Inc.	EUA	99,9%	99,9%	Distribuidora de produtos do Grupo
Unigel Acrílicos, S.A. de C.V.	México	99,9%	99,9%	Metil e etil metacrilatos, metil e etil acrílicos, cianeto de sódio e sulfato de amônia.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estas compreendem os pronunciamentos contábeis, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). **2.2 Declaração de relevância:** A Administração aplicou na elaboração das demonstrações contábeis da controladora e do consolidado a orientação técnica OPCG 7 e a Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das informações contábeis na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos devam de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **2.3 Base de elaboração:** As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram preparadas com base no custo histórico (exceto quando exigido critério diferente) e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos mensurados a valor justo ou considerando a marcação a mercado, quando tais avaliações são exigidas pelas normas contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado no estado de liquidação, independentemente desse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Administração considera suas características de precificação na data de mensuração. As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado foram preparadas tomando por base a continuidade operacional da Companhia, que pressupõe que a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e de acordo com sua projeção do fluxo de caixa, entendido com base na divulgação realizada na nota nº 1 relacionado ao plano de reestruturação, que por sua vez, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estas informações financeiras da Companhia foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. **2.4 Demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis da controladora e do consolidado da Companhia de 31 de dezembro de 2023 e 2022, incluem as operações das controladas mencionadas na nota nº 1. Estas informações foram preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas e o eliminação do lucro no estado de liquidação, quando aplicável, somente em relação às empresas consolidadas. Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram autorizadas pela administração em 2 de julho de 2024.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, estão apresentadas em Reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. A Administração do Grupo definiu que sua moeda funcional é o Real, com exceção das suas subsidiárias no México, em Luxemburgo e nos Estados Unidos da América, cuja moeda funcional é o dólar americano.

4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis da controladora e do consolidado, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **4.1 Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nos demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 1 - Prazo do arrendamento:** se o Grupo tem razoável certeza de exercer as opções de prorrogação previstas. • **Nota explicativa nº 32 - Operações descontinuadas:** se o negócio mantido para venda representa uma importante linha de negócios ou área geográfica de operações. **4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas, em 31 de dezembro de 2023, que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 8 - Contas a receber de clientes:** mensuração da perda de crédito esperada com premissas de perda esperada. • **Nota explicativa nº 9 - Estoques:** o Grupo avalia mensalmente o valor realizável dos estoques para identificar o impairment através de uma análise do custo de produção versus o valor de realização. • **Nota explicativa nº 12 - Impostos diferidos:** o Grupo avalia anualmente a disponibilidade de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais a compensar e diferenças temporárias podem ser utilizados. • **Nota explicativa nº 14 - Imobilizado:** o Grupo avalia anualmente a vida útil do ativo imobilizado por meio de pesquisa técnica interna, além da avaliação de impairment através do valor em uso versus valor contábil. • **Nota explicativa nº 19 - Benefícios pós-emprego:** aumento do custo médio por inflação e taxa de desconto. • **Nota explicativa nº 20 - Provisão para Riscos Fiscais, Cíveis, Trabalhistas e Ambientais:** reconhecimento e mensuração de contingências, principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos. Além disso, conforme descrito na nota explicativa nº 1, existe certa incerteza sobre a continuidade operacional da Companhia. **4.3 Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. O Grupo estabeleceu uma estrutura de controle sobrenada a mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo. A equipe de avaliação revisa regularmente os dados significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC/IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Questões significativas de avaliação, se identificadas, são reportadas para o Comitê de Auditoria do Grupo. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • **Nível 2:** inputs, exceto preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). • **Nível 3:** inputs para ativos ou passivos que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs inobserváveis). Se os dados usados para determinar o valor justo de um ativo ou passivo não são baseados em dados observáveis de mercado e custos administrativos, assim como uma margem de lucro. O Grupo considera os termos então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no mesmo nível da hierarquia do

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.334.432)	388.717	(2.334.432)	388.717
Itens que podem ser posteriormente reclassificados para o resultado				
Operações no exterior - ajustes de conversão	(54.032)	(67.415)	(54.032)	(67.415)
Ganhos não realizados de hedge de fluxo de caixa	227.582	26.239	227.582	26.239
Ganhos (perdas) atuários dos planos de benefício definido	-	4.031	(585)	4.031
Resultados abrangentes totais	(2.156.851)	346.956	(2.156.851)	346.956

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado		
	Nota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		(2.334.432)	388.717	(2.334.432)	388.717
Lucro (prejuízo) líquido do período					
Ajustes para:					
Depreciação e amortização	23	8.135	7.472	293.452	275.742
Juros de arrendamentos	25	959	2.342	36.432	41.779
Provisões de contingências	23	313	247	28.800	19.699
Provisões ambientais e reembolsos a cobrar	24	-	-	17.346	-
(Reversões de) provisões de estoques	9	-	-	(3.555)	26.201
Impostos diferidos	12	-	-	(346.299)	(45.581)
Perda de créditos estimada	8	-	-	(433)	(3.553)
Derivativos	31	-	-	530.897	(8.032)
Juros provisionados e variação cambial	16	92.026	53.991	364.272	554.652
Juros sobre impostos parcelados	25	-	-	60.245	9.409
Resultado na venda de ativos imobilizados	14	-	-	1.796	15.119
Resultado de equivalência patrimonial	23	2.219.943	(478.755)	-	-
(Reversão de) provisão de impairment de ativo imobilizado	24	-	-	715.968	(6.820)
Baixa definitiva de ativos	24	-	-	73.948	-
Atualização sobre crédito de PIS/COFINS	25	-	-	(2.734)	(3.520)
Encargos sobre duplicatas descontadas	25	-	-	45.753	19.126
Juros de fornecedores	25	-	-	32.485	3.219
Variações em:		(13.056)	(25.986)	(485.608)	1.286.180
Contas a receber de clientes	8	-	-	157.496	52.938
Estoques	9	-	-	328.423	(174.421)
Impostos e contribuições a recuperar	-	11.038	-	(68.741)	(185.212)
Créditos contratuais	-	-	-	(63.628)	(268)
Demais ativos de curto e longo prazo	-	(633)	(1.968)	(44.553)	99.676
Fornecedores	17	1.682	(505)	(86.967)	148.483
(Impostos) contribuições a pagar	-	-	-	3.527	(65.745)
Demais passivos de curto e longo prazo	-	1.388	(701)	72.797	46.212
Caixa gerado (aplicado) das atividades operacionais		419	(25.633)	(158.231)	1.207.823
Juros pagos	16	(37.992)	(36.885)	(293.715)	(379.743)
Impostos de renda e contribuição social pagos	-	-	-	(131)	(53.754)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		(37.573)	(62.518)	(452.077)	774.326
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de investimento		(1.887)	(698)	(486.624)	(771.465)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	14	(1.887)	(698)	(491.835)	(812.871)
Recebimentos por vendas de ativo imobilizado	-	-	-	5.935	41.406
Adiantamentos de caixa a partes relacionadas	10	-	-	(724)	-
Fluxo de caixa aplicado das atividades de investimento		(1.887)	(698)	(486.624)	(771.465)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		16	494.377	1.392.670	626.369
Pagamentos de empréstimos e debêntures	16	(156)	-	(661.916)	(234.693)
Efeito caixa de derivativos	31	-	-	(323.325)	1.448
Pagamentos de arrendamento	15	(9.058)	(8.315)	(124.523)	(120.822)
Dividendos pagos	-	(16.090)	(196.658)	(16.090)	(196.658)
Adiantamentos de caixa de partes relacionadas	10	52.940	(214.593)	-	(98)
Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento		27.636	74.811	266.816	66.546
Fluxo de caixa líquido		27.636	74.811	266.816	66.546
Variação cambial do caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	(9.560)	(10.181)
Transferência de caixa para operações mantidas para venda	32	-	-	(61.283)	-
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(11.824)	-	11.595	(742.728)	59.226
Caixa e equivalentes de caixa em 01 de janeiro		12.068	473	908.564	849.338
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		244	12.068	165.836	908.564

Em 31 de dezembro de 2023, as principais transações que não envolveram caixa no Fluxo de Caixa Consolidado foram: (i) Variações de fornecedores de imobilizado no valor de R\$ 43.916 (R\$ 48.849 em 31 de dezembro de 2022); (ii) Adições e renegociações de ativos de direito de uso no valor de R\$ 50.153 (R\$ 95.219 em 31 de dezembro de 2022); (iii) Capitalização de juros de empréstimos no valor de R\$ 98.853 (R\$ 43.368 em 31 de dezembro de 2022).

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Os contratos do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, o Grupo considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor a época dos fluxos de caixa; termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxa variáveis; • Os termos que limitam o acesso do Grupo a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um



funcionalidade de um ativo imobilizado são capitalizadas como parte do ativo. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. **Custos Subsequentes:** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo. **Depreciação:** Depreciação de um ativo imobilizado é iniciada quando o item está pronto para uso, ou seja, quando está no lugar e condições necessárias para ser capaz de operar em forma idealizada pela Administração. A depreciação é calculada para amortizar o custo residual líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados. As taxas de depreciação estimadas do ativo imobilizado do Grupo ao final do exercício são as seguintes:

Categoria	Taxa de depreciação
Edifícios	5,23% a.a.
Máquinas e equipamentos	6,50% a.a.
Instalações, ferramentais e instrumentos	6,65% a.a.
Equipamentos de TI	14,59% a.a.
Veículos	20,00% a.a.
Móveis e utensílios	9,97% a.a.
Materiais de reposição (I)	6,50% a.a.
Benefícios em bens próprios	4,46% a.a.

(I) Este item refere-se a materiais específicos feitos sob medida que mantêm linhas produtivas específicas e, portanto, sua depreciação tem a mesma taxa que as máquinas relacionadas. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **Redução ao Valor Recuperável (Impairment):** (I) **Ativos financeiros não-derivativos:** O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas (PCPE) em ativos financeiros não-derivativos mensurados ao custo amortizado. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. A perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento é aquela que resulta de todos os eventos de default que podem ocorrer em toda a vida do instrumento. O período máximo considerado para estimar a perda de crédito esperada é o período contratual máximo sobre o qual o Grupo está exposto ao risco de crédito. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, o Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica do Grupo, na avaliação de crédito e avaliação de garantias. O Grupo presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 90 dias de atraso. O Grupo avalia as contas a receber de forma agregada considerando as características gerais do mercado interno e externo e segmento. Quando o ativo está vencido a mais de 90 dias, o Grupo avalia o título de forma individualizada, considerando garantias e a avaliação de crédito interna. O Grupo considera o ativo financeiro como inadimplente quando: (i) é altamente provável que o contratante não pague integralmente as obrigações para com o Grupo, se houver garantias (se houver); ou (ii) o ativo financeiro estiver vencido a mais de 90 dias. **Mensuração das PCPEs:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos ao Grupo de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que o Grupo espera receber). **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui problemas de recuperação quando ocorre um ou mais dos seguintes eventos: (i) prejuízos nos fluxos de caixa futuros estimados dos ativos financeiros. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 90 dias; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o valor contábil em sua totalidade ou em parte. O Grupo faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. O Grupo não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos. (ii) **Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não propriedade para investimento, estoques e ativos fiscais diferidos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o ativo recuperável do ativo é reduzido para o valor recuperável. Quando o valor recuperável de um ativo não financeiro é reduzido, o Grupo reconhece a perda em sua demonstração de resultados. (iii) **Ativos não financeiros agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC),** ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, e, portanto, essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O grupo de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro-rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ativo não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido registrado se o ativo não fosse empregado. (i) **Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. (ii) **Planos de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesa com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições para planos de contribuição definida são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. (iii) **Planos de benefício definido:** A obrigação líquida do Grupo para os planos de benefício definido é calculada para cada um dos planos com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Esse valor é descontado ao seu valor presente e é apresentado líquido do valor justo de quaisquer ativos do plano. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo para o Grupo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências mínimas de custeio aplicáveis. Remensurações da obrigação líquida, que incluem: os ganhos e perdas atuárias, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo juros), são reconhecidos imediatamente em outros resultados abrangentes. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período multiplicando o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido pela taxa de desconto utilizada na mensuração do valor de benefício definido, ambos conforme determinados no início do período a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. Juros líquidos e outras despesas relacionadas aos planos de benefícios definidos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e perdas resultantes dos planos de benefício definido são reconhecidos como Outros Resultados Abrangentes (ORA) no Patrimônio líquido. **6.7 Incentivos fiscais:** Os incentivos fiscais são reconhecidos no resultado quando a companhia no período que ocorrem e quando há suficiente segurança de que eles serão realizados. O Grupo reconhece receitas de incentivos estaduais oriundas do DESENVOLVE (Bahia) e PSDI (Sergipe), e incentivos federais referentes ao REIO, redução de imposto de renda (região da SUDENE) e REINTEGRA, ver nota explicativa nº 28. **6.8 Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem juros sobre ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, receitas de juros sobre empréstimos concedidos e recebíveis, resultado de derivativos, descontos de fornecedores, variações cambiais ativas e outras receitas financeiras. As despesas financeiras incluem despesas com juros, descontos concedidos a clientes, impostos sobre receitas financeiras, juros de empréstimos e fornecedores, resultado de derivativos, variações cambiais passivas e outras despesas financeiras. (i) **Reconhecimento das receitas financeiras:** As receitas consideradas realizadas: • nas transações com terceiros, quando estes efetuem o pagamento ou assumirem compromisso firme de efetivá-lo, quer pela investidora na propriedade de bens anteriormente pertencentes à Companhia, quer pela fruição de serviços por estes prestados; • quando da extinção, parcial ou total, de um passivo, qualquer que seja o motivo, sem o desaparecimento concomitante de um ativo de valor igual ou maior; • pela geração natural de novos ativos independentemente da intervenção de terceiros. (ii) **Reconhecimento das despesas financeiras:** Consideram-se incorridos os gastos: • quando deixar de ser realizada a prestação de um serviço, por transferência para o contratante de um terceiro; • pela diminuição ou extinção do valor econômico de um ativo; • pelo surgimento de um passivo, sem o correspondente ativo. As variações cambiais de ativos e passivos financeiros são reportadas em uma base líquida na demonstração do resultado, como receitas ou despesas financeiras, dependendo se a variação cambial líquida é um ganho ou uma perda. **6.9 Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 9% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 (base anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido), e consideram a anualidade de períodos fiscais e base negativa de contribuição social de 30% do lucro real do exercício. As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à itens diretamente reconhecidos em outros resultados abrangentes, no patrimônio líquido. (i) **Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social corrente:** As despesas ou receitas de imposto corrente são os impostos a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e são registradas no resultado do exercício, respectivamente, como passivos fiscais a pagar ou ativos fiscais a recuperar. (ii) **Receitas (Despesas) de imposto de renda e contribuição social diferido:** As receitas e despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no resultado do exercício contra ativos e passivos fiscais diferidos. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos, em relação às diferenças temporárias, entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os autorizados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido sobre prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são reconhecidos com o objetivo de serem compensados com imposto de renda e contribuição social sobre lucros tributáveis futuros, limitado a 30% destes lucros em cada exercício. Um ativo fiscal diferido somente é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual o Grupo espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios acima forem atendidos. **6.10 Ativos e passivos contingentes:** Ativos contingentes são reconhecidos quando são praticamente certos e quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transadas em julgamento. Os ativos contingentes com êxito prováveis são apenas divulgados em nota explicativa; **Passivos contingentes: Reconhecidos quando:** • A Companhia tem uma obrigação presente (legal ou presumida) como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. • São quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, utilizando a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo. São atualizadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras pelo montante estimado das perdas prováveis, observada sua natureza e apoiada na opinião dos assessores jurídicos. • Os passivos contingentes avaliados com de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados com de perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados. **6.11 Receta de contrato com cliente:** A receita é medida com base na contrapartida especificada no contrato com o cliente. O Grupo reconhece a receita quando transfere o controle de um bem para um cliente. As informações a seguir fornecem entendimento sobre a natureza e o momento da satisfação das obrigações de desempenho no contrato com o cliente: (i) **Natureza e momento de satisfação das obrigações de desempenho, incluindo o prazo de pagamento** apresentado no item 6.11.(ii), "Reconhecimento de Receita". Os prazos de pagamento de futuras são determinados com base em uma análise de crédito realizada para cada cliente individualmente. Desconto comercial pode ser concedido aos clientes com base na negociação, e eles representam uma redução do preço padrão. A nota fiscal é emitida pelo preço padrão menos a quantidade de desconto comercial. Além disso, o Grupo pode conceder descontos aos clientes como incentivos para os clientes que antecipem o pagamento. Alguns contratos permitem que o cliente devolva o produto antes da aceitação. (ii) **Reconhecimento de Receita - CPC 47:** A receita é reconhecida quando as mercadorias são aceitas pelo cliente em suas instalações com base nos seguintes tipos de frete:

Canal	Tipo de frete	Natureza e tempo de satisfação das obrigações de performance	Reconhecimento de receita
Rodoviário	Frete pago pelo vendedor	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues e aceitas em suas instalações.	Reconhecido quando as mercadorias foram entregues e aceitas nas premissas do cliente.
Rodoviário	Frete pago pelo comprador	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são despachadas do depósito do Grupo.	Reconhecido no despacho da mercadoria.
Marítimo	Custo seguro e frete (cost insurance and freight)	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são entregues ao porto de destino.	Reconhecido quando o navio de carga chega ao porto de destino.
Marítimo	Free on board	Os clientes obtêm o controle dos produtos quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.	Reconhecido quando as mercadorias são embarcadas no navio de carga.

6.12 Informações por segmento: Um segmento operacional é um componente do Grupo que desenvolve atividades de negócio das quais podem obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes. Todos os resultados operacionais dos segmentos de negócios são revisados frequentemente junto com os seus gerentes e com reporte à diretoria. Da mesma forma, são apresentados nas reuniões do Conselho de Administração, para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis. Os resultados de segmentos incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem, principalmente, ativos corporativos (primariamente a sede e administração da Companhia), resultados financeiros, e imposto de renda e contribuição social. **6.13 Lucro ou prejuízo por ação:** O lucro por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuído aos acionistas controladores e da média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, entretanto, o grupo não possui nenhum efeito diluidor nos exercícios apresentados. **6.14 Demonstrações do valor adicionado:** A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado ("DVA") individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às Companhias abertas, quando para as IFRS representam informação financeira adicional. **6.15 CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Arrendamentos:** (i) **Definição de arrendamento:** O Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento quando ele transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, o Grupo utiliza a definição de arrendamento no CPC 06 (R2) / IFRS 16. No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, o Grupo aloca a contraprestação do mesmo a cada componente de arrendamento e não arrendamento com base em seus preços individuais. (ii) **Arrendamento classificado como arrendamento operacional conforme CPC 06 (R1) / IAS 17:** Os arrendamentos são mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes do arrendamento, descontados à taxa de empréstimo incremental do Grupo no momento da contratação. A taxa de desconto é a taxa de custo de financiamento do Grupo comprometido com um plano de venda que envolve o direito de uso são mensurados inicialmente por um valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer recebimentos de arrendamento antecipados ou acumulados. Conforme descrito na nota explicativa nº 15, o Grupo identificou indícios de perda por redução ao valor recuperável em seus ativos de direito de uso. **6.16 Ativos não circulantes mantidos para venda:** Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo menos os custos de venda. Os ativos não circulantes são classificados como mantidos para venda mesmo que após a venda o Grupo ainda retenha participação de não-controladores na sua antiga controlada. Quando o Grupo adota um plano de venda que envolve a alienação de um ativo de investimento em uma coligada, ou de uma parcela do investimento em uma coligada, o investimento, ou a parcela do investimento, que será alienado é classificado como mantido para venda quando atendidos os critérios descritos anteriormente, e o Grupo descontinua o uso do método de equivalência patrimonial em relação à parcela classificada como mantida para venda. Qualquer parcela do investimento em uma coligada que não foi classificada como mantida para venda continua sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial. **6.17 Mudanças nas principais políticas contábeis:** O Grupo adotou inicialmente o CPC 25 / IAS 37 Contas a Receber em 1º de janeiro de 2022. Os Custos de Cumprimento de um Contrato, a partir de 1º de janeiro de 2022. Anteriormente, o Grupo incluía apenas custos incrementais para cumprir um contrato ao determinar se esse contrato era oneroso. A política revisada inclui tanto os custos incrementais quanto a alocação de outros custos diretos. O Grupo aplicou as alterações de forma prospectiva a contratos existentes na data em que as alterações são aplicadas pela primeira vez. O Grupo analisou todos os contratos existentes em 1º de janeiro de 2022 e determinou que nenhum deles seria identificado como oneroso aplicando a política contábil revisada, ou seja, não há impacto nos saldos patrimoniais iniciais em 1º de janeiro de 2022, como resultado da alteração. As seguintes normas também sofreram mudanças no exercício, mas sem impactos significativos para o Grupo:

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	IFRS 17	01.01.2023
OCPC 07 (R1) - Evidenciação dos Relatórios Contábil Financeiros de Propósito Geral	Divulgação de políticas contábeis	IAS 1	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	IAS 8	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	IAS 12	01.01.2023

6.18 Novas normas e interpretações ainda não efetivas: As emissões e alterações de normas IFRS, efetuadas pelo IASB que são efetivas para o exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023, não tiveram impactos nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício de 2022. (I) **Classificação dos passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 / IAS 1):** As alterações de normas IFRS 9 e IFRS 16 foram aplicadas retrospectivamente a partir do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório (e, portanto, isso deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante). Esses *covenants* afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do *covenant* é avaliado apenas após a data do relatório (por exemplo, um *covenant* com base na condição financeira da entidade na data do relatório que seja avaliado para fins de cumprimento apenas após a data do relatório). O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um *covenant* após o período de relatório. Porém, se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de *covenants* pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade divulga informações que permite aos usuários das demonstrações financeiras entender o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. Isso incluiria informações sobre os *covenants* (incluindo a natureza dos *covenants* e quando a entidade deve cumprí-los), o valor contábil dos passivos correspondentes e os fatos e as circunstâncias, se houver, que indiquem que a entidade pode enfrentar dificuldades para cumprir os *covenants*. As alterações são aplicadas retrospectivamente para o período anual iniciado em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se uma entidade aplica as alterações para um período anterior, ela deve também aplicar antecipadamente as alterações de 2020. A administração da Companhia não espera impactos da adoção dessas alterações. (ii) **Alterações a IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros:** Divulgações - Acordos de Financiamento de Fornecedores: As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários de demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo "acordos de financiamento de fornecedores" não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos dos acordos; • O valor contábil e correspondente rubrica apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento; • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores; • Informações sobre o risco de liquidez. Outras normas estão previstas que, por ora, não foram identificados impactos significativos nas demonstrações do Grupo:

Normas	Alteração	Correlação IFRS/IAS	Vigência a partir de:
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	IFRS 10	Não definida
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto		IAS 28	
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	IAS 1	(*)
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Aprendização das demonstrações financeiras - Passivo Não Circulante com <i>covenants</i>	IAS 1	(*)
CPC 26 (R2) - Arrendamentos	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback"	IFRS 16	(**)
CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	Acordos de Financiamento de Fornecedores	IAS 7	(*)
CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação		IFRS 7	

(*) As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para os períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada e não foram adotadas na preparação dessas demonstrações financeiras. (**) As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Se o vendedor-arrendatário aplicar as alterações para um período anterior, ele deve divulgar esse fato. A administração está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa em bancos em Dólares	244	393	2.344	45.180
Caixa em bancos em Reais	-	-	45.257	388.135
Certificados de depósitos bancários ⁽¹⁾	-	11.675	117.538	469.019
Investimentos em moeda estrangeira ⁽²⁾	-	-	697	6.230
	244	12.068	165.836	908.564

(1) Investimentos em certificados de depósitos bancários - CDB com liquidez diária e rentabilidade média de aproximadamente 98,9% (m10,1% em 31 de dezembro de 2022) do CDI. (2) Investimentos com liquidez diária em pesos mexicanos com taxa média de 3,6% a.a. (3,6% a.a. em 31 de dezembro de 2022). Os equivalentes de caixa do Grupo consistem em certificados de depósitos bancários (CDBs) para as empresas localizadas no Brasil e depósitos overnight para subsidiárias no México. Essas aplicações podem ser resgatadas a qualquer momento sem alteração significativa de valor.

8. Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Mercado externo	115.121	313.281
Mercado interno	27.691	87.506
Partes relacionadas (Nota 10)	13.988	26.025
	156.800	426.812
(-) Perda de crédito esperada	(8.735)	(22.794)
	148.065	404.018

O prazo médio de recebimento da Companhia é, em grande parte, inferior a 30 dias, razão pelo qual o valor de seus títulos a receber é similar ao seu valor presente. A Companhia realiza parte de suas contas a receber de clientes por meio da alienação de títulos para fundos destinados à aquisição de recebíveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Essas operações são realizadas, integralmente, sem direito de regresso e com transferência substancial dos riscos e benefícios dos recebíveis, razão pelo qual os títulos são baixados no momento da operação. A Companhia possuía títulos cedidos com instituições financeiras, com direito de regresso, o valor de R\$ 49.394 em dezembro de 2023 (zero em 31 de dezembro de 2022). Em operações de desconto de duplicatas ao longo dos exercícios de 2023 e 2022 foram apropriados juros de R\$ 32.839 (R\$ 19.126 em 31 de dezembro de 2022). As perdas de crédito esperadas referem-se a perdas estimadas para a vigência do contrato e, nos casos vencidos acima de 90 dias, para a totalidade do valor, exceto se houver garantia ou, se na visão do comitê de crédito do Grupo, houver expectativa de recuperação do valor. O título é baixado de forma definitiva quando não há qualquer expectativa de recuperação. Os vencimentos dos títulos a receber estão distribuídos da seguinte forma:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
A vencer	139.039	365.673
Vencidos:		
Entre 1 e 30 dias	3.531	16.473
Entre 31 e 60 dias	999	16.855
Entre 61 e 90 dias	809	1.760
Acima de 91 dias	12.152	26.051
	156.800	426.812

As movimentações da provisão para perda de crédito esperada estão descritas abaixo:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022		(48.568)
Adições e reversões		3.553
Baixas		23.761
Varição cambial		(1.476)
Ajustes de conversão - controladas no exterior		(64)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(22.794)
Adições e reversões		433
Baixas		12.175
Varição cambial		911
Ajustes de conversão - controladas no exterior		(840)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(8.735)

9. Estoques

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Produtos acabados	166.961	402.200
Produtos em processo	15.758	6.282
Materias-primas	104.690	186.390
Materiais secundários	73.748	88.628
Armazenado de materiais de manutenção	231.036	171.547
Estoques em trânsito	30.384	93.691
Estoques em poder de terceiros	17.548	126.718
	640.125	1.075.456

Os itens de estoques são apresentados ao custo ou pelo seu valor realizável líquido, dos dois, o menor. Em 31 de dezembro de 2023 o valor de R\$ 9.090 (R\$ 28.906 em 31 de dezembro de 2022), foi reconhecido como uma redução de estoques em contrapartida do resultado do exercício, em custo dos produtos vendidos. A movimentação da provisão para perdas a valor realizável líquido de estoques está a seguir demonstrada:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo em 1º de janeiro de 2022		(2.612)
Adições e reversões		(26.204)
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior		(90)
Saldo em 31 de dezembro de 2022		(28.906)
Adições e reversões		3.656
Baixas		16.326
Ajustes de conversão - subsidiárias no exterior		(616)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		(9.090)

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo possui o valor de R\$ 426.588 (zero em 31 de dezembro de 2022) dos estoques dados em garantia para empréstimos e parcelamentos de fornecedores.

10. Partes relacionadas

10.1 Saldos patrimoniais:

	Controladora		31/12/2023	
	Ativo	Passivo	Circulante	Não circulante
	Conta Corrente	Dividendos	Conta Corrente	Conta Corrente
Cigel Participações S.A.	609			



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

11. Ativo fiscal corrente

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
PIS/COFINS - exclusão do ICMS da base de cálculo	215.311 229.302
ICMS	68.427 49.448
ICMS sobre ativo imobilizado	24.820 21.815
PIS	30.537 33.450
COFINS	119.346 99.604
Programa REINTEGRA	9.635 13.308
INSS	4.082 13.409
IPI	3.596 2.826
IVA a recuperar	14.529 63.557
Imposto de renda (IRPJ)	64.422 88.073
Contribuição social (CSLL)	4.094 19.913
Outros	5.305 9.695
Circulante	564.104 644.400
Não circulante	270.232 402.201
	293.872 242.199

11.1 Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS: O Grupo ingressou com ação judicial para exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS em 7 de março de 2017, e obteve liminar autorizando a citada exclusão em 5 de maio de 2017 com base no valor do ICMS destacado nas notas fiscais. A administração optou por exercer o seu direito de maneira prospectiva, ou seja, a partir da data da liminar concedida até o julgamento final dos pontos em discussão. Com a decisão do STF, ora estabelecida, a Companhia confirmou o entendimento adotado na exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS referentes aos valores destacados nas notas fiscais e que não há, portanto, nenhum ajuste a ser reconhecido nas demonstrações financeiras emitidas até então, porém ficou assegurado o direito à devolução dos valores referentes aos 5 anos anteriores ao protocolo da ação judicial, ou seja, créditos de abril de 2012 a março de 2017, que estão contabilizados na referida rubrica. Os processos tiveram o trânsito em julgado em 5 de julho de 2022. Com base no citado trânsito em julgado, a Companhia entrou com processo administrativo de habilitação destes créditos junto à Secretaria de Receita Federal com o objetivo de efetuar as respectivas solicitações de Restituição e/ou compensação com outros débitos tributários federais. Os créditos vêm sendo atualizados pela SELIC desde o momento do seu fato gerador até o momento da sua realização líquida de provisão para perda. **11.2 Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS:** Os saldos credores de ICMS são decorrentes de aquisições de produtos ou serviços utilizados em seus processos produtivos que não foram observados pelos débitos gerados em suas vendas tributadas nos períodos subsequentes. O Grupo espera utilizar esses créditos considerando várias possibilidades, tais como: transações *intercompany* com base em diferentes alíquotas de ICMS (entre diferentes Estados da União), compra de matérias-primas com isenção por meio de drawback e monetização dos créditos através da negociação com terceiros quando autorizados pelos respectivos governos estaduais da localidade dos estabelecimentos que apuram tais saldos credores. **11.3 ICMS, PIS e COFINS sobre imobilizado:** Os créditos de impostos provenientes das aquisições de imobilizados são apropriados nas respectivas apurações mensais dos tributos, na razão de 1/48 por mês, no caso de ICMS e conforme a depreciação do referido bem que deu direito ao citado crédito, no caso do PIS e da COFINS, ou seja, conforme a vida útil de cada bem. A classificação entre curto e longo prazo desses créditos é realizada considerando esses prazos de realização. **11.4 PIS e COFINS:** Os saldos credores de PIS e COFINS das empresas do Grupo são compostos basicamente, em virtude do elevado montante de operações isentas ou não tributadas, tais como exportações ou vendas para a Zona Franca de Manaus, ou seja, a empresa adquire produtos e serviços utilizados em seus processos produtivos que geram créditos de impostos e, em contrapartida, tem uma parcela relevante de suas vendas destinadas à exportação que não são tributadas, gerando desta forma um acúmulo de créditos que não tiveram débitos suficientes para serem compensados. No terceiro trimestre de 2022, a Companhia efetuou a revisão das apurações de PIS e COFINS, das suas subsidiárias, dos últimos 5 anos e identificou créditos extemporâneos que deixaram de ser reconhecidos à época no montante de R\$ 33.145, devidamente reconhecido durante o quarto trimestre de 2022. Apesar do Grupo estar executando compensações integrais de impostos federais, a administração vem implementando ações judiciais e administrativas que permitem a monetização desses créditos, inclusive com a contratação de consultorias e assessores jurídicos que tem por objetivo implementar diversas estratégias para a realização desses créditos com maior celeridade.

12. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil e, também, os saldos acumulados de prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas da contribuição social. **12.1 Imposto de renda e contribuição social diferidos:**

Consolidado					
31/12/2022	DRE	ORA	Transferência	Compensação¹	31/12/2023
Ativos					
Valores reconhecidos em ORA					
Benefício pós-emprego	9.468	(2.076)	-	-	7.392
Hedge de fluxo de caixa	300.791	(5.276)	(119.958)	(59.896)	115.661
Valores reconhecidos no resultado					
Perda de crédito esperada	9.792	(2.163)	-	-	7.629
Provisão para contingências	6.507	2.352	-	-	8.859
Varição cambial não realizada	91.673	(70.973)	-	-	20.700
Prejuízos fiscais acumulados	376.920	745.907	-	59.896	(53.103)
PIS/COFINS excluído do ICMS	(70.639)	(50)	-	(1.799)	(72.488)
Fretes	5.760	(2.148)	-	-	3.612
Derivativos	(70.097)	61.419	-	-	(8.678)
Operações no exterior	10.255	(18.882)	(1.172)	9.867	68
Ativo Permanente (Impairment)	-	248.325	-	-	248.325
Outras provisões	66.761	(8.876)	-	-	57.885
Impostos diferidos (Impairment)	-	(612.419)	-	-	(612.419)
Total	737.191	337.216	(123.206)	8.068	(53.103)
906.166					906.166
Passivos					
Valores reconhecidos em ORA					
Custo atribuído	(44.275)	4.737	-	-	(39.538)
Valores reconhecidos em DRE					
Operações no exterior	(14.426)	4.346	-	-	(10.080)
PIS/COFINS excluído do ICMS	(1.799)	-	-	1.799	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-	-	(117.137)
Ativo diferido líquido	(177.637)	9.083	-	1.799	(166.755)
Ativo fiscal diferido	559.554	346.299	(123.206)	9.867	(53.103)
Ativo fiscal diferido	691.118	-	-	-	858.520
Passivo fiscal diferido	(131.564)	-	-	-	(119.109)
Ativo diferido líquido	559.554	-	-	-	739.411

(1) Adesão ao programa de redução de litigiosidade fiscal (Litígio Zero - PRLF), conforme portaria conjunta da PGFN/RFNB nº 1, de 12 de janeiro de 2023, o qual permite a utilização de Prejuízo Fiscal e Base Negativa das empresas para fins de redução parcial de seus débitos fiscais.

Consolidado			
01/01/2022	DRE	ORA	31/12/2022
Ativos			
Valores reconhecidos em ORA			
Benefício pós-emprego	9.167	-	301
Hedge de fluxo de caixa	286.024	28.284	(13.517)
Valores reconhecidos no resultado			
Perda de crédito esperada	11.467	(1.675)	-
Provisão para contingências	2.596	3.911	-
Varição cambial não realizada	148.190	(58.517)	-
Prejuízos fiscais acumulados	370.240	6.680	-
PIS/COFINS excluído do ICMS	(76.048)	5.409	-
Fretes	9.497	(3.737)	-
Derivativos	(127.207)	57.110	-
Operações no exterior	20.475	(10.220)	-
Impairment	4.955	(4.955)	-
Outras provisões	36.435	31.464	(1.138)
Total	695.791	55.754	(14.354)
737.191			737.191
Passivos			
Valores reconhecidos em ORA			
Custo atribuído	(48.950)	4.675	-
Valores reconhecidos em DRE			
PIS/COFINS excluído do ICMS	(1.377)	(422)	-
Operações no exterior	(117.137)	(14.426)	-
Ganho em transações societárias	(117.137)	-	-
Ativo diferido líquido	(167.464)	(10.173)	-
Ativo fiscal diferido	528.327	45.581	(14.354)
Ativo fiscal diferido	645.464	-	-
Passivo fiscal diferido	(117.137)	-	-
Ativo diferido líquido	528.327	-	-

12.2 Reconciliação da alíquota efetiva:

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Lucro (prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.645.286) 367.415
Alíquota fiscal combinada	34%
Expectativa de (despesas) créditos de imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	899.397 (124.921)
Adições:	
Preços de transferência	(3.692) (17.233)
Tributação em bases universais	(56.290) (47.600)
Outras (exclusões) adições permanentes	(32.668) (5.150)
Exclusões:	
Benefícios fiscais - Reintegra (Nota 28)	976 662
Benefícios fiscais - Desenvolve (Nota 28)	63.733 102.046
Benefícios fiscais - PSDI (Nota 28)	- 5.656
Total	871.456 (86.540)
Alíquota efetiva	33% 24%
Outros ajustes:	
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias de exercícios anteriores	46.814 40.385
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidos no exercício	(612.419) (5.403)
Incentivo fiscal - SUDENE	- 72.890
Imposto de renda e contribuição social no resultado do ano	305.851 21.302
Corrente	(40.448) (24.278)
Diferido	346.299 45.581

Tributação em Bases Universais: A alíquota para nossas controladas no México é cerca de 30% e em nossa controlada em Luxemburgo pode chegar a 25%. Na reconciliação da alíquota efetiva demonstramos o valor líquido desses ajustes em linha única. **Prejuízos Fiscais, Bases Negativas e Diferenças Temporárias não Reconhecidas:** Correspondem a valores de prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social sobre o lucro e diferenças temporárias de algumas empresas do Grupo que, pelos históricos e pelas projeções atuais, não indicam, no momento, geração de lucros tributáveis suficientes para compensar esses montantes em um prazo razoável de tempo. O saldo total não reconhecido está apresentado abaixo:

Consolidado	
31/12/2023	31/12/2022
Unigel Participações S.A.	52.765 13.945
Unigel Químicos S.A.	75.341 68.829
Unigel Comercializadora de Energia S.A.	3.844 -
Companhia Brasileira de Estreito	69.735 -
Proquigel Química S.A.	410.734 -
Total	612.419 82.774

Teste de Recuperabilidade dos Impostos Diferidos: Os impostos diferidos foram submetidos a teste de recuperabilidade utilizando o CPC 01 R1. O teste de recuperabilidade consistiu na apuração do valor recuperável pelo uso das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas. As premissas de

fluxos de caixa futuros e perspectivas de crescimento para obtenção da base tributável basearam-se no orçamento anual da Companhia e nos planos de negócios aprovados pelos credores que fez parte da homologação do plano de recuperação extrajudicial do Grupo. O orçamento e os planos de negócio, por sua vez, foram elaborados considerando dados de mercado de fornecedores usualmente utilizados como parâmetros de preços na indústria química. As principais premissas adotadas foram: (I) Projeção de EBITDA para os próximos 12 anos; (II) Preços de compra de matéria-prima de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (III) Preços de venda de acordo com publicações usualmente utilizadas como parâmetro de preço para a indústria química; (IV) Taxas de juros, câmbio e taxas de inflação conforme expectativa dos principais bancos publicadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN); (V) Com base no EBITDA projetado acima, a Companhia projetou as despesas de lucro, depreciação e outras diferenças temporárias para chegar na projeção de lucro tributável. Além das premissas acima também consideramos o sucesso da reestruturação financeira pela qual o Grupo está passando, conforme divulgado na nota nº 1 - Contexto operacional. Também consideramos as alterações legais relevantes relacionadas ao imposto de renda e aos benefícios fiscais iniciadas em 2024. Conforme Lei nº 14.789/23, a partir de janeiro de 2024, benefícios fiscais como o Desenvolve e o PSDI, benefícios que as empresas do Grupo têm direito conforme divulgado na nota explicativa nº 28 - Subvenções e assistências governamentais, passam a ser tributados pelo IRPJ, pela CSLL e pelo PIS e pela COFINS. Essa alteração afeta de forma significativa a expectativa de realização dos prejuízos fiscais das empresas do Grupo uma vez que o Desenvolve apresentou um resultado de

R\$ 187.450 (R\$ 300.135 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). A administração efetuou a análise por empresa e verificou, no consolidado, a possibilidade de utilização do saldo total de impostos diferidos no prazo projetado. **Reconhecimento de Prejuízos Fiscais e Bases de Cálculo Negativas:** Abaixo demonstramos a expectativa de realização dos impostos diferidos sobre os prejuízos fiscais e bases de cálculo negativas, ano a ano, realizável em um período razoável:

Ano	Prejuízo fiscal e base de cálculo negativa
2024	47.272
2025	(585)
2026	29.129
2027	35.874
2028	108.950
2029	43.859
2030	52.593
2031	57.266
2032	66.093
2033	74.867
2034	82.584
2035	86.659
Total	685.146

13. Investimentos

13.1 Movimentação dos investimentos:

	Companhia		Unigel		Unigel Com.		Total
	Brasileira de Estreito	Proquigel Química S.A.	Unigel Luxemburgo S.A.	Distribuidora	Unigel Químicos S.A.	de Energia S.A.	
Saldo em 1º de janeiro de 2022	1.897.288	320.910	130.833	62.149	(18.819)	999	2.393.360
Aumento de capital social	-	-	-	-	100.000	-	100.000
Resultado de equivalência patrimonial	41.031	495.608	(57.818)	14.464	(14.518)	(12)	478.755
Hedge de fluxo de caixa	56.200	(33.689)	-	-	3.728	-	26.239
Benefício pós-emprego	(585)	-	-	-	-	-	(585)
Ajuste acumulado de conversão	(45.647)	-	(21.768)	-	-	-	(67.415)
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	(113.391)	-	(1.166)	-	-	(114.557)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.948.287	669.438	51.247	75.447	70.391	987	2.815.797
Resultado de equivalência patrimonial	(546.702)	(1.592.160)	(44.164)	2.543	(28.162)	(11.298)	(2.219.943)
Hedge de fluxo de caixa	103.816	118.266	-	-	5.500	-	227.582
Benefício pós-emprego	4.031	-	-	-	-	-	4.031
Ajuste acumulado de conversão	(50.013)	-	(4.019)	-	-	-	(54.032)
Dividendos/ Juros sobre capital próprio (JSCP)	-	(85.180)	-	(4.019)	-	-	(89.199)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	1.459.419	(899.636)	3.064	77.990	47.729	(10.311)	688.255
Ativo							1.588.203
Passivo							(899.948)

13.2 Composição do capital:

Empresa	Data	Capital social	Patrimônio líquido	Participação - %	Lucros (prejuízo) no estoques e no imobilizado	Patrimônio líquido ajustado
Companhia Brasileira de Estreito	31/12/2023	629.291	1.472.458	99,99%	(13.039)	1.459.419
	31/12/2022	629.291	1.968.467	99,99%	(20.180)	1.948.287
Proquigel Química S.A.	31/12/2023	459.636	(899.636)	99,99%	-	(899.636)
	31/12/2022	459.636	669.438	99,99%	-	669.438
Unigel Luxemburgo S.A.	31/12/2023	127	3.064	99,99%	-	3.064
	31/12/2022	127	51.247	99,99%	-	51.247
Unigel Distribuidora	31/12/2023	62.372	77.990	99,99%	-	77.990
	31/12/2022	62.372	75.447	99,99%	-	75.447
Unigel Químicos S.A.	31/12/2023	59.551	47.600	99,99%	129	47.729
	31/12/2022	52.299	70.593	99,99%	(202)	70.391
Unigel Com. de Energia S.A.	31/12/2023	1.000	(10.311)	99,99%	-	(10.311)
	31/12/2022	1.000	987	99,99%	-	987
Total	31/12/2023					688.255
	31/12/2022					2.815.797

13.3 Resultado de equivalência patrimonial:

Empresa	Data	Resultado do exercício	Lucros (prejuízos) no estoques e no imobilizado	Participação - %	Resultado de equivalência patrimonial
Companhia Brasileira de Estreito	31/12/2023	(553.940)	7.238	99,99%	(546.702)
	31/12/2022	56.078	(15.047)	99,99%	41.031
Proquigel Química S.A.	31/12/2023	(1.592.160)	-	99,99%	(1.592.160)
	31/12/2022	495.608	-	99,99%	495.608
Unigel Luxemburgo S.A.	31/12/2023	(44.164)	-	99,99%	(44.164)
	31/12/2022	-	(57.818)	99,99%	(57.818)
Unigel Distribuidora	31/12/2023	2.543	-	99,99%	2.543
	31/12/2022	14.464	-	99,99%	14.464
Unigel Químicos S.A.	31/12/2023	(28.162)	-	99,99%	(28.162)
	31/12/2022	(14.594)	76	99,	



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023

Edição Digital Certificada Quinta-feira, 04 de julho de 2024



15.3 Contraprestações futuras: A abertura das parcelas em seu valor futuro por faixa de vencimento está disposta a seguir:

Table with columns for years (2024, 2025, 2026, 2027, 2028) and Total, showing financial data for various categories like Parcela atual, IPCA médio, etc.

Table with columns for years (2023, 2024, 2025, 2026, 2027) and Total, showing financial data for various categories like Parcela atual, IPCA médio, etc.

A inflação foi projetada considerando os contratos futuros de IPCA disponíveis no site da B3.

16. Empréstimos e debêntures

16.1 Saldos patrimoniais:

Table showing financial data for Moeda, Tipo, Taxa, Valor, Taxa média ao ano, and Total, categorized by Circulante and Não circulante.

Table showing financial data for Moeda, Tipo, Taxa, Valor, Taxa média ao ano, and Total, categorized by Circulante and Não circulante.

Em 2017, o Financial Conduct Authority ("FCA"), órgão regulador do Reino Unido, anunciou o fim da taxa Libor overnight para diversas moedas em dezembro de 2021, e o fim da Libor para dólar ocorreu de forma definitiva em 2023.

16.2 Movimentação:

Table showing financial data for Saldo em 1º de janeiro de 2022, Despesas de juros, Juros pagos, etc.

Table showing financial data for Saldo em 31 de dezembro de 2022, Despesas de juros, Juros pagos, etc.

Table showing financial data for Saldo em 31 de dezembro de 2023, Despesas de juros, Juros pagos, etc.

16.3 Bonds: Em outubro de 2019, o Grupo Unigel concluiu a sua segunda emissão de bonds, captando US\$ 420 milhões com uma taxa de 8,75% a.a. e vencimento em outubro de 2026.

Table with columns for Período and Preço de recompra, showing data for 2023 a 2024, 2024 a 2025, and 2025 em diante.

Essas opções de resgate antecipado foram identificadas como derivativos embutidos conforme descrito na nota nº 31 - operações com derivativos. Com a declaração do vencimento antecipado da dívida as opções estão suspensas e seu valor contábil é zero.

Table with columns for Parcela de amortização, Data da amortização, and Percentual do saldo remanescente do principal a ser amortizado.

A Companhia pode, a qualquer momento após 08 de novembro de 2024 realizar o resgate antecipado total das debêntures, sendo vedado o resgate parcial nessa modalidade, mediante o pagamento de um prêmio de 0,40% ao ano.

Table with columns for Ano, Desembolsos, Custos de transação, Valor total, Desembolsos, Custos de transação, Valor total.

16.6 Garantias: Como forma de garantia para os empréstimos e financiamentos o Grupo disponibilizou parte de seu imobilizado e estoque, conforme divulgado nesta demonstração financeira.

Table with columns for Controladora and Consolidado, showing financial data for Matérias-primas e serviços, Mercado interno, Mercado externo, etc.

17. Fornecedores

Table with columns for Controladora and Consolidado, showing financial data for Matérias-primas e serviços, Mercado interno, Mercado externo, etc.

instituições financeiras, denominadas operações de fornecedores convênio. Nestas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos às instituições financeiras em troca do recebimento antecipado deles.

18. Passivo fiscal corrente

Table showing financial data for ICMS, IRPJ e COFINS, REFIN - Lei nº 11.941/09, Parcelamentos tributários - PRT e PERT, etc.

18.1 Parcelamentos de impostos: Programa de Regularização Tributária - Lei nº 11.941/09: Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

Programa de Regularização Tributária - Lei nº 11.941/09: Em novembro de 2009, a Administração aprovou a adesão ao Programa de Regularização Tributária em conformidade com a Lei nº 11.941/09.

Table showing financial data for 2024, 2025, 2026, 2027, and Após 2027, categorized by Consolidado.

19. Benefício pós-emprego

19.1 Benefício pós-emprego: A Companhia Brasileira de Estireno reconhece provisão para benefício pós-emprego relacionada ao pagamento de 100% do plano de assistência médica concedida a aposentados até o ano de 2010 com custo direto.

Table showing financial data for Saldo em 1º de janeiro, Juros sobre a obrigação atuarial, Benefícios pagos no ano, Perda nas obrigações atuariais.

19.1 Premissas atuariais: As premissas atuariais usadas na avaliação dos benefícios estão descritas abaixo:

Table showing financial data for Premissas atuariais econômicas, including Inflação esperada, Aumento dos custos médicos pela inflação, etc.

Table showing financial data for Premissas atuariais biométricas, including Mortalidade geral, Mortalidade de inválidos, etc.

Table showing financial data for Entrada de inválidos, Taxa de rotatividade, Permanência no plano após a aposentadoria, Elegibilidade à aposentadoria, etc.

19.2 Sensibilidade das premissas atuariais:

Table showing financial data for Efeitos no passivo de obrigação atuarial, Taxa de desconto - variação de -0,5% na taxa nominal, etc.

20. Depósitos judiciais e provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais

A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, decorrentes do curso normal dos seus negócios. Esses processos envolvem assuntos de natureza trabalhista, tributária, ambiental e cível.

Table showing financial data for Consolidado, Processos trabalhistas, Processos tributários, Processos cíveis, Processos ambientais, Total.

Processos Trabalhistas: Os processos trabalhistas representam reclamações trabalhistas de diversas naturezas (pagamento de horas extras, insalubridade, periculosidade e verbas rescisórias) e que se encontram em fases processuais distintas.

Table showing financial data for Regiões principais, Químicos, Agro, Eliminação entre segmentos, Consolidado.

aquisição foi identificada uma área degradada com algumas borras de estireno. O TAC foi firmado em 2015 entre Unigel, CETESB e ministério público com duração de 10 anos incluindo a implementação de um plano de recuperação de área contaminada e compensação financeira através de doação de equipamentos ao setor público.

Processos Trabalhistas: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo era réu em aproximadamente 218 (228 em 31 de dezembro de 2022) processos trabalhistas. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 37.205 (R\$ 21.809 em 31 de dezembro de 2022).

Processos Tributários: Em 31 de dezembro de 2023, o Grupo era réu em aproximadamente 218 (228 em 31 de dezembro de 2022) processos tributários. O Grupo não registrou provisão para casos nos quais o risco de perda foi classificado como possível envolvendo um valor estimado de R\$ 37.205 (R\$ 21.809 em 31 de dezembro de 2022).

Table showing financial data for Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022, categorized by Processos trabalhistas, Processos tributários, etc.

21. Patrimônio líquido
21.1 Capital social: O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 920.963 (R\$ 920.963 em 31 de dezembro de 2022), composto por 920.962.726 (920.962.726 em 31 de dezembro de 2022), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

21.2 Reservas de lucros: Reserva Legal: Constituída anualmente com 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital social da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023, a totalidade do seu saldo foi utilizado para compensar parte dos prejuízos do ano, conforme permitido na Lei nº 6.404/1976.

Table showing financial data for Lucro do exercício em 31/12/2022, Valor, Realização de avaliação patrimonial por depreciação e baixa de imobilizado, etc.

22. Receita líquida

22.1 Reconciliação entre receita bruta e receita líquida:
Receita bruta
Venda de produtos
Partes relacionadas (Nota 10)

Table showing financial data for Consolidado, 31/12/2023, 31/12/2022, categorized by Receita líquida, Químicos, Agro, Eliminação entre segmentos, Consolidado.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2023



UNIGEL PARTICIPAÇÕES S.A.

28. Subvenções e assistências governamentais

28.1 Incentivo fiscal estadual - Desenvolve/Bahia: O Grupo recebe diversos benefícios fiscais no âmbito do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, onde o incentivo mais longinquo permanecerá em vigor até abril de 2032. Estes incentivos fiscais estão associados à cadeia de produção de estrênicos, acrílicos e fertilizantes (segmento Agro). O Grupo se beneficia de um período de carência de até 72 (setenta e dois) meses para pagamento dos impostos. No caso de pagamentos antecipados, o Grupo é elegível a um desconto de até 81% (oitenta e um por cento) do saldo devedor mensal do ICMS. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo obteve um benefício de R\$ 187.450 (R\$ 300.135 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), que foi lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados".

28.2 Incentivo fiscal estadual PSDI - Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial: A Projuegel tem direito ao benefício fiscal no âmbito do Programa Sergipano de Desenvolvimento Industrial - PSDI até abril de 2030, associado à cadeia de produção de fertilizantes (agro). A Companhia se beneficia de diferimento nas importações de matérias-primas e bens para o ativo imobilizado, assim como, a isenção no recolhimento de diferencial de alíquota de ICMS em aquisições interrelatadas de bens de capital novos. Além disso, o benefício possibilita que a Companhia recolha o percentual equivalente a 6,2% do ICMS devido no mês. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não apurou nenhum benefício (R\$ 16.635 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que está lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados").

28.3 Incentivo fiscal federal - lucro da exploração: Conforme Laudos Constitutivos expedidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o Grupo goza do direito de redução de 75% do imposto de renda sobre os resultados das operações da Companhia Brasileira de Estireno localizadas em Camaçari/BA e da Projuegel até o exercício fiscal de 2028. O benefício da Unigel Químicos S.A. está sendo renovado junto à SUDENE e, atualmente, o pedido de renovação encontra-se em fase de análise. Ao ser aprovado, o benefício terá vigência retroativa à 1ª de janeiro de 2021. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Grupo não apurou nenhum benefício (R\$ 72.860 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, que foi lançado como redutor de impostos na rubrica "impostos sobre vendas" nas "demonstrações dos resultados").

28.4 REINTEGRA - Reintegração de Valores Tributários para Empresas Exportadoras: O Grupo está contemplado pela Lei 13.043/14 - Reintegra - a qual concede créditos tributários quando a Companhia realiza exportações de produtos fabricados internamente, que podem ser compensados com débitos próprios, vencidos ou vincendos, relativos a tributos federais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 o Grupo obteve um benefício de R\$ 2.872 (R\$ 1.947 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022) através das empresas Projuegel, Companhia Brasileira de Estireno e Unigel Químicos, que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custos de produtos vendidos" nas "demonstrações dos resultados".

28.5 REIQ - Regime Especial da Indústria Química: O Regime Especial da Indústria Química ("REIQ") foi instituído a partir de 2013 pelo Governo Federal do Brasil e tem como objetivo a recuperação e a manutenção da competitividade das indústrias petroquímicas nacionais de 1ª e 2ª geração. Neste contexto, o Grupo estava beneficiado, até dezembro de 2024, pela desoneração tributária de parte das alíquotas de PIS e COFINS na compra de determinadas matérias-primas importadas ou fornecidas pela 1ª geração da indústria petroquímica brasileira. No dia 31 de dezembro de 2021, o Governo Federal editou a Medida Provisória 1.095 extinguindo o Regime Especial da Indústria Química (REIQ) a partir de 1ª de abril de 2022. As empresas químicas impetraram, através da Associação Brasileira das Indústrias Químicas - ABIQUIM, ação contra os efeitos desta Medida Provisória, conseguindo restabelecer o benefício até o julgamento final do pleito. No entanto, o Congresso Nacional, no momento da conversão da Medida Provisória na Lei 14.374/2022, modificou a redação original e, ao invés da extinção do benefício, determinou apenas a sua suspensão até dezembro/22, voltando a vigor, a partir de janeiro/2023, as reduções e prazos de vigência do REIQ, previstas na Lei 14.183/2021, desde que as empresas beneficiadas firmem alguns termos de compromisso com determinadas exigências adicionais. Em agosto de 2023, o Governo Federal regulamentou, através do Decreto nº 11.068/2023, as condições necessárias para o aproveitamento do "REIQ" pelas empresas enquadradas no benefício. Desta forma, a Companhia iniciou o atendimento a todos os requisitos necessários para a sua adesão ao citado benefício, com aplicação desde 01 de janeiro de 2023, conforme previsto na Lei nº 13.374/2022. Sendo assim, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo apurou um benefício de R\$ 19.393 (R\$ 19.859 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022), que foi lançado como redutor de custos na rubrica "custo dos produtos vendidos" nas "demonstrações dos resultados".

29. Garantias

O Grupo possui bens dados em garantia de operações de crédito com terceiros no valor de R\$ 529.730, em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 67.882 em 31 de dezembro de 2022).

30. Lucro (prejuízo) por ação

30.1 Básico: O lucro ou prejuízo por ação básico foi calculado com base no resultado acumulado dos exercícios e na respectiva quantidade média de ações em circulação nestes mesmos períodos, conforme o quadro a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(2.334.432)	388.717
Quantidade ponderada média de ações ao longo do exercício	920.962.726	836.518.520
Lucro (Prejuízo) por ação - R\$	(2,53477)	0,46468

30.2 Diluído: O lucro por ação diluído é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações supondo a conversão de todas as ações potenciais que provocariam diluição. A Companhia não possui nenhum fator diluidor do seu lucro básico.

31. Operações com derivativos

O Grupo mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira, preços de commodities e taxa de juros.

	Consolidado		
	31/12/2023	31/12/2022	
	Passivo	Ativo	Passivo
Swap Accrual	(7.924)	152.831	1.434
Swap Ajuste a Valor Justo	(52.473)	(135.425)	(107.635)
Swap Prêmio	-	-	(218.195)
Swap Valor Justo	(60.397)	17.406	(324.396)
NDFs Accrual	-	13.311	-
NDFs Ajuste a Valor Justo	-	(7.437)	-
NDFs Valor Justo	-	5.874	-
Opções Prêmios	-	-	239.929
Opções a Pagar	-	-	(263.374)
Opções Ajuste a Valor Justo	-	50.438	(81.104)
Opções Valor Justo	-	50.438	(104.549)
Total circulante	(60.397)	23.280	(210.750)
Total não circulante	-	50.438	(218.195)

31.1 Derivativos embutidos: Opções de Recompra Antecipada dos Bonds: Os bonds do Grupo possuem opções de recompra antecipada. O Grupo pode recomprar os bonds em sua totalidade ou em parte em determinados intervalos de tempo, pelos preços de recompra a seguir (expressos como um percentual do principal), acrescidos de juros apropriados e não pagos:

Período	Preço de recompra
2023 a 2024	102,188%
2024 a 2025	101,094%
2026 em diante	100,000%

Essas opções de recompra representam um direito de adquirir a dívida do Grupo por um preço pré-definido. São separáveis do contrato principal e considerados derivativos embutidos. Uma vez que essas opções são válidas pelo período acima descrito, o Grupo calculou o valor justo dessas opções como opções americanas tendo o preço de recompra como o preço de *strike*.

32. Ativos mantidos para venda

Em 1º de dezembro de 2023, a Companhia assinou um contrato para venda ("Stock Purchase Agreement - SPA") da subsidiária Plastiglas, do México e a conclusão da operação dependia apenas da aprovação do órgão antritruste mexicano e de credores. Dessa forma os ativos e passivos referentes a Plastiglas foram reclassificados como ativos e passivos mantidos para venda no balanço patrimonial. A abertura desses ativos e passivos está demonstrada abaixo:

Ativo	31/12/2023	Passivo	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	61.281	Empréstimos e financiamentos	66.255
Contas a receber	34.378	Fornecedores	42.497
Estoques	100.588	Passivo fiscal corrente	5.277
Ativo fiscal corrente	47.769	Salários e encargos	3.539
Outros	5.326	Obrigações de direito de uso	363
		Outros	12.301
Ativo circulante total	249.342	Passivo circulante total	130.232
Outros	13.047	Empréstimos e financiamentos	24.207
Imobilizado	110.252	Impostos diferidos	9.867
Direito de uso	14.577	Benefício pós-emprego	7.194
		Obrigações de direito de uso	14.214
Ativo não circulante total	137.876	Passivo não circulante total	55.482
		Patrimônio líquido	201.504
Ativo total	387.218	Passivo e patrimônio líquido total	387.218

32.1 Operações descontinuadas: De acordo com o CPC 31/IFRS 5 uma operação deve ser considerada descontinuada quando representa uma importante linha separada de negócios. O julgamento da Companhia, considerou: • Se o negócio é avaliado separadamente pelo principal tomador de decisões; • Se a venda do negócio representa uma mudança estratégica relevante; • Representatividade do negócio no faturamento líquido, imobilizado e capacidade produtiva do Grupo. Com base nessa avaliação e consideração dos pontos acima, a subsidiária Plastiglas não foi considerada uma importante linha separada de negócios e, consequentemente, não foi apresentada como uma operação descontinuada.

33. Eventos subsequentes

Plano de Recuperação Extrajudicial: Conforme divulgado nota explicativa nº 1, em 20 de fevereiro de 2024, o Grupo Unigel entrou com um pedido de recuperação extrajudicial, que após período de negociação com os credores, e tendo a Companhia obtido a aprovação de aproximadamente 57% dos credores para aprovação do Plano de Recuperação Extrajudicial, foi adotado com pedido de homologação em 20 de maio de 2024. O Plano de Recuperação Extrajudicial, que se encontra em processo de homologação judicial, busca equacionar as dívidas da Companhia e garantir sua sustentabilidade financeira. **Venda de Plastiglas do México S.A. de C.V.:** A Companhia concluiu a venda da Plastiglas do México S.A. de C.V. por US\$ 105 milhões em junho de 2024. O valor de venda foi ajustado por: (i) taxa da operação; (ii) Diferença entre o capital de giro entregue e o capital de giro considerado ideal para a operação; (iii) dívidas financeiras da operação e (iv) parcela retida em garantia de forma contenciosa. Dessa forma o valor líquido recebido pelo grupo na transação foi de US\$ 83 milhões, convertido para reais pela taxa próxima ao momento do fechamento do câmbio. Os recursos líquidos da venda serão utilizados para reforçar o capital de giro do Grupo.

DIRETORIA	
Roberto Noronha Santos	Diretor Presidente
André Luis da Costa Gaia	Vice-Presidente Financeiro e Diretor de RI
Daniel Scarmolati da Fonseca	Diretor de Controladoria - CRC ISP 219.079/O-4
Marcio Scatigno	Gerente Executivo de Controladoria - CRC ISP 218.247/O-7

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas, Diretoria e Conselheiros da Unigel Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Unigel Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido negativo e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Unigel Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB". **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Incertezas relevantes relacionada com a continuidade operacional:** Conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia apresenta patrimônio líquido negativo de R\$1.245.748 mil, um prejuízo líquido de R\$2.334.432 mil, e geração de caixa operacional negativo de R\$452.077 mil, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não atendendo também naquela data os índices financeiros ("covenants") de contratos de débitos e empréstimos e financiamentos, e resultados na apresentação integral desse saldo no passivo circulante, consequentemente, o capital circulante líquido da Companhia está negativo em R\$4.208.587 mil. Em 20 de maio de 2024, a Companhia protocolou o Plano de Recuperação Extrajudicial aprovado pela maioria dos credores, para ser deferido e homologado judicialmente, os quais encontram-se pendentes na presente data. A continuidade operacional da Companhia, baseia-se principalmente no pressuposto de que o Plano de Recuperação Extrajudicial seja homologado e a Reestruturação Financeira divulgada nas notas explicativas nº 1 e nº 33 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas seja implementada com êxito. Como tal plano depende de homologação judicial e a reestruturação financeira implementada, indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. **Adicionalmente ao assunto descrito na seção Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional seguem abaixo os outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório: Avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa (conforme notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas):** Porque que é um PAA: Para a redução ao valor recuperável dos ativos ("impairment") imobilizado e intangível, a Companhia identifica suas unidades geradoras de caixa ("UGC"), estima o valor recuperável de cada UGC utilizando como base um fluxo de caixa projetado para cada UGC, e compara com seus valores contabilizados. As projeções de fluxo de caixa usadas para determinar os valores recuperáveis dos ativos dependem de certas premissas futuras como: preço dos produtos químicos e fertilizantes, volume de venda, taxa de câmbio (Real/Dólar) e inflações. O valor recuperável também é sensível a mudanças na taxa de desconto utilizada no fluxo de caixa. **Conforme divulgação da nota explicativa 1 - Contexto operacional,** às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o Grupo Unigel, tem enfrentado condições econômicas desafiadoras, incluindo alta ou manutenção de preços de matérias-primas no mercado local e internacional e, em paralelo a redução dos preços de venda no mercado internacional, base também, para os preços praticados no mercado interno. Esse item foi considerado um principal assunto de nossa auditoria, tendo em vista que o processo de avaliação da recuperabilidade desses ativos imobilizados e intangíveis é complexo e envolve julgamento, bem como se baseia em diversas premissas, tais como: determinação das unidades geradoras de caixa, taxas de descontos, percentuais de crescimento e rentabilidade dos negócios da Companhia e suas controladas para vários anos futuros. Tais premissas poderão ser afetadas de forma relevante pelas condições de mercado ou cenários econômicos futuros, os quais ainda não podem ser estimados com precisão. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da redução ao valor recuperável dos ativos das unidades geradoras de caixa; (ii) envolvimento de nossos especialistas internos em avaliação do valor justo para nos auxiliar na avaliação da metodologia usada

para a Companhia para calcular o fluxo de caixa descontado, bem como na revisão da taxa de desconto utilizada pela Companhia para calcular os fluxos de caixa descontados; (iii) revisão e análise de sensibilidade das principais premissas utilizadas, tais como projeção de vendas e margem de lucro das Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") da Companhia; e (iv) avaliação da adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre as premissas-chave mais sensíveis utilizadas nos cálculos do teste de recuperabilidade do ativo imobilizado e intangíveis, incluídas nas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. No decorrer de nossa auditoria foi identificado uma deficiência de controle relacionada a avaliação da redução ao valor recuperável que não resultou em ajuste, contudo nos levaram a alteração da extensão de nossos procedimentos substantivos inicialmente planejados para obter evidência de auditoria suficiente e apropriada. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o teste de valor recuperável do ativo imobilizado e intangíveis, que está consistente com a avaliação da Diretoria da Companhia, consideramos que os critérios e premissas relacionados ao teste de valor recuperável do ativo imobilizado e intangíveis, assim como o reconhecimento da provisão para perda, as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 14 e nº 15 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. **Realização dos impostos diferidos (conforme nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas):** Porque que é um PAA: Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia em decorrência dos desafios operacionais mencionados na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, preparou um estudo para avaliar a capacidade de recuperação do saldo de impostos de renda diferidos ativos e como resultado reconheceu provisão para parte do saldo dos impostos de renda diferidos ativos, registrados nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, no montante de R\$612.419 mil. O reconhecimento dos impostos de renda diferidos envolve a necessidade de julgamento em relação ao histórico de lucratividade e a sua futura realização, a partir de projeções de resultados tributáveis futuros. Esse assunto está sendo considerado como um principal assunto de auditoria, uma vez que a utilização de diferentes premissas nas referidas projeções, incluindo diversas premissas de natureza subjetiva estabelecidas pela Diretoria, poderia modificar significativamente os prazos previstos para a realização dos créditos tributários e impactar a afirmação de que sua recuperação é provável, especialmente à medida em que o prazo para sua recuperação aumenta. Portanto, eventuais mudanças nessas premissas poderiam afetar, de forma significativa, os resultados projetados pela Diretoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) identificação das atividades de controles desenhadas e implementadas pela Companhia no processo de avaliação da realização dos impostos diferidos e; (ii) a revisão das projeções de resultados tributáveis futuros preparada pela Diretoria da Companhia e a consistência destas projeções com o orçamento elaborado e aprovado pela Diretoria da Companhia e dados históricos de demonstrações individuais e consolidadas de valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborados sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Diretoria, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentar estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários

para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório e descrita no parágrafo de ênfase acima. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Deloitte.

São Paulo, 2 de Julho de 2024

DELOITTE TOUCHE TOMHATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Alessandro Costa Ramos
Contador
CRC nº 1 SP 198853/O-3



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/F05C-7266-75C1-1D73> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: F05C-7266-75C1-1D73



Hash do Documento

80EC3080EC53EA6408A8FD30329425109C3D3FDE1396924A44A940B79EAED663

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/07/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 04/07/2024 00:02 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

